

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

MEMORIAL DE ATIVIDADES ACADÊMICAS
professor titular de carreira

Celso R. Braidá

Florianópolis
2017

Memorial de Atividades Acadêmicas

Celso R. Braidá

siape 1160078

ufsc 10975-9

Florianópolis, Maio de 2018.

Sumário

Apresentação	3
I. Formação e atuação profissional	6
II. Atuação docente na UFSC	10
1. Ensino de Graduação e Pós-Graduação	10
2. Cargos administrativos e Comissões	11
3. Orientações	11
4. Atividades de extensão	12
5. Integração na comunidade de pesquisa nacional	12
III. Estudos, projetos de pesquisa e publicações	14
1. Projetos de pesquisa	14
2. Linhas de investigação e publicações	23
Teorias da interpretação e da compreensão	23
Teorias do sentido e da significatividade	25
Teorias do objeto: entidade, objetividade e formalidade	28
Método e validade	30
A condição artefactual	31
Agência e atividade performativa	33
3. Outras publicações	36
1. Listas dos trabalhos publicados	40
2. Referências bibliográficas	43
V. Anexos	44
Currículo Lattes	44
Documentação comprobatória e de certificação	44
Disciplinas ministradas	44
Publicações	44
Orientações Pibic	44
Orientações TCC	44
Orientações Pós-Graduação	44
Cargos e Comissões	44

Apresentação

O objetivo deste Memorial é a apresentação de minha trajetória acadêmica, como condição parcial para a progressão ao cargo de Professor Titular de Carreira na Universidade Federal de Santa Catarina, na qual ingressei em 1994, incluindo as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme Resolução normativa da UFSC, nº 40/CUN/2014, de 27 de maio de 2014, e Portaria nº 982, de 3 de outubro de 2013, do Ministério da Educação.

O que será descrito a seguir apenas foi possível de ser realizado tal como o foi graças ao ambiente acadêmico ímpar propiciado pelas pessoas que compõem o Departamento de Filosofia da UFSC, um ambiente marcado pela liberdade de pesquisa e de magistério, mas também pela atribuição de responsabilidade e poder de decisão a todas e a todos, docentes e funcionários técnico-administrativos. Reitero aqui e sempre o meu agradecimento ao apoio e ao incentivo que recebi, bem como à confiança no exercício das funções e tarefas, pois isso está refletido no percurso profissional registrado neste memorial.

Uma auto-apresentação é uma tarefa reflexiva cuja realização está fadada ao fracasso, no sentido de estar acima das possibilidades de ser cumprida desde o início e até o fim, mas também por ser de saída apenas um efeito de um olhar enviesado, por isso vou apresentar aqui o que tenho por principal como resultados de minha dedicação à docência filosófica. A brevidade exigida força-me a expor de modo afirmativo proposições e conceitos que sempre tratei como tentativas a exigir longas argumentações e reexames. Por se tratar de um longo período, fiz uma seleção das

atividades que considero relevantes; uma enumeração mais próxima dos reais acontecimentos está registrada no *Currículo Lattes* em anexo.

O texto a seguir está subdividido em três partes: I. Formação e Atuação profissional, II. Atuação na Ufsc, III. Estudos, projetos e publicações. Primeiro, apresento o meu percurso de formação e atuação profissional anterior às minhas atividades docentes na UFSC. Depois, descrevo minha atuação no ensino, orientação e pesquisa e extensão na UFSC. A seguir, destaco as principais linhas de meus estudos e pesquisas e, por fim, descrevo e apresento algumas publicações que considero serem as mais relevantes, nas quais estão as minhas proposições teóricas que expus em cursos e palestras e que defendi a partir de minha atuação como pesquisador na área de filosofia.

O apreço por questões teóricas e filosóficas, que marca minha vida desde cedo, tem uma raiz bem prosaica. No entorno dos 9 anos, uma ideia me tomou por completo, a de construir um moto-contínuo. Lá na pequena fazenda havia um motor estacionário para recalque d'água que funcionava dia e noite sem parar, precisando apenas de combustível e água para refrigeração, água essa que provinha da bomba por ele acionada; também havia um relógio de bolso, que funcionava por semanas com apenas uma mão de corda, e podíamos abrir e ver o mecanismo enquanto funcionava; havia ainda a experiência com a bicicleta que tanto me atraiu. Tudo isso me levou a imaginar que era possível construir um motor que funcionasse para sempre e que eu poderia acoplar no carrinho a pedal que eu e meus irmãos havíamos construído. Então, juntei molas, roldanas, correias e, depois de muitas tentativas por dois verões seguidos, *de fato* fracassei e desisti da ideia. Alguns anos mais tarde, aos 12 anos, uma aula de matemática e um jovem professor de física atento às questões de um aluno inquieto mostraram-me com clareza onde eu havia me equivocado. *De veras*, essa experiência de ser corrigido por um raciocínio teórico acerca de um problema prático foi minha saída da ignorância e minha descoberta do poder dos conceitos e teorias. Desde então confiei-me e dediquei-me aos estudos teóricos sabendo que eles poderiam orientar-me na experiência e corrigir os meus enganos. Apenas bem mais tarde, aos 25, com Nietzsche e Horkheimer, aprendi a desconfiar dessa confiança nos conceitos e teorias. Hoje, pratico e aprimoro uma atitude que tem nos conceitos e teorias a sua base, mas com a consciência vivida de que eles são construtos provisórios pelos quais nós

configuramos a experiência projetando-os como antecipações regulativas a serem corrigidas por essa mesma experiência.

De modo resumido, e para orientar a leitura deste Memorial, a minha trajetória acadêmica e profissional tem início com minha graduação em Filosofia, em 1987, e com o ingresso como mestrando no Programa de Pós-graduação da UFRGS, em 1988 e conclusão em 1992, sob orientação de Ernildo Stein. Em 1990 iniciei a docência na Universidade de Caxias do Sul (RS), onde permaneci por três anos. Depois de trabalhar por um breve período na Universidade de Fortaleza (CE), ingressei na carreira do magistério superior federal em março de 1994, aqui na Universidade Federal de Santa Catarina. Em 2001 obtive o doutoramento pela PUC-RIO, sob orientação de Oswaldo Chateaubriand.

A minha atuação docente na UFSC desde então está caracterizada pela dedicação principal às disciplinas de *Filosofia da Linguagem*, *Ontologia*, *Filosofia Hermenêutica* e *Filosofia da Arte*. Na pós-graduação, atuei desde sua proposição na área de Ontologia, ministrando as disciplinas *Ontologia e Método*, *Ontologia e Filosofia da Linguagem*, *Ontologia e Filosofia da Arte*, e *Metafísica contemporânea*. Todavia, ao longo da carreira, ministrei muitas outras disciplinas sobre temáticas as mais variadas.

Na condição de professor, assim como nos meus estudos e projetos, procurei conciliar uma visada ampla, sem restrições a temas ou metodologias, com estudos bem delimitados quanto ao objeto, combinando a análise conceitual com a descrição da história da formação de conceitos e teorias, consequência da própria história da minha formação teórica que se iniciou em ambiente marcado pelos estudos de autores ligados ao pensamento alemão, à teoria crítica e à tradição fenomenológica e hermenêutica; depois, a partir do doutorado, incorporei os problemas da tradição analítica. Esta condição está explícita nas minhas publicações e cursos. Todavia, nos últimos anos, tenho dedicado-me a estudos explicitamente transdisciplinares, como forma de abordar problemas de filosofia da arte e também de ontologia dos artefatos.

I. Formação e atuação profissional

Eu sou natural de Santa Maria (RS) e passei minha infância no Campestre da Água Negra, na região da Boca do Monte, no entre margens do Ibicuí e da Água Negra. Em 1977, minha família mudou-se para a cidade de Santa Maria, onde cursei o ensino médio, quando tive o primeiro contato com a filosofia, no Colégio Maria Rocha, com o professor Vitalino Cesca. Naquela época, o meu interesse principal eram as máquinas, sobretudo as elétricas e as aeronáuticas, e estava decidido a cursar engenharia elétrica, mas a paixão pelos aviões me levou a fazer um curso técnico em aviação, profissão que exerci por cinco anos. Depois, quando me decidi a fazer um curso universitário, optei pela filosofia, na crença de que as idéias e teorias eram o mais importante e que com elas se poderia mudar o mundo, nisso muito influenciado pelos ideais políticos daqueles dias marcados pelas bandeiras da redemocratização, das diretas já e da constituinte.

1. Ingressei no curso de filosofia já com 22 anos, em 1984, concluindo em 1987, obtendo a graduação em Licenciatura plena. O curso oferecido pela *Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Imaculada Conceição* (FIC), hoje UNIFRA, em Santa Maria, estava orientado para a licenciatura e os cursos eram basicamente de história da filosofia. Os meus interesses teóricos naquela época estavam voltados para questões epistemológicas e de crítica social, sobretudo a partir de leituras dos livros *Além do Bem e do Mal*, de Nietzsche, e *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, livros esses que à época eram literalmente meus livros de bolso. Em 1987 pude assistir várias disciplinas temáticas na *Universidade Federal de Santa Maria* (UFSM), o que me permitiu disputar uma vaga para a pós-graduação na *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (UFRGS), em Porto Alegre, na qual ingressei em 1988 na linha Filosofia Contemporânea.

Na UFRGS fiz vários cursos, expandindo meus interesses filosóficos. Naquele período, o Programa de Pós-graduação recebeu vários professores visitantes estrangeiros, entre os quais merecem destaque J. Habermas, K.-O. Apel, V. Hösle,

Thomas Kesselring e Chr. TÜRCKE, com os quais assisti palestras e mini-cursos. Fiz ainda cursos com os professores Carlos Cirne-Lima, Valério Rohden, Hans Georg Flickinger, e principalmente acompanhei durante três anos os seminários do professor Ernildo Stein, sob cuja orientação desenvolvi o projeto “A crítica do conhecimento em Nietzsche” que culminou na dissertação de mestrado “*Os limites do intelecto - ensaio acerca da crítica do conhecimento na obra tardia de F. W. Nietzsche*”, defendida em 1992. O ponto principal que procurei expor e defender a partir desse estudo era um conceito crítico de conhecimento “*como uma atividade criativa e organizadora: uma atividade de criação e fixação de um aparato sógnico-conceitual, e de esquematização, organização e configuração do sentir e da experiência*” cujo cerne estruturante era a tese de que “*ao se instituir um aparato sógnico-conceitual, institui-se, simultaneamente, uma configuração do sentir. Este aparato, uma vez estabelecido, possibilita e condiciona todo experimentar-sentir, falar e pensar objetivos; a sua instituição torna possíveis, ao mesmo tempo, a capitalização da experiência vivida, o discurso significativo e o pensar racional, possibilitando, assim, o levantamento das pretensões de justiça, validade e verdade para proposições e falas*” (p.4). Deste estudo resultou minha primeira publicação, o texto “*A crítica do conhecimento em Nietzsche*”, em 1994. Este pequeno escrito contém meu primeiro posicionamento metodológico, já então pluralista e histórico, no qual estava em operação o procedimento de sobreposição de duas estratégias, a análise conceitual e a análise histórico-genealógica de conceitos e teorias.

2. Os anos de estudo em Porto Alegre determinam fortemente as minhas escolhas ainda hoje. As pesquisas em torno da obra de Nietzsche levaram-me a investigar os conceitos de interpretação e compreensão, sob uma visada histórica ampliada, incluindo a tradição hermenêutica, mas também a tradição lógico-semântica do século XIX, temáticas essas ainda hoje presente na minha atuação docente. Inicialmente havia planejado a continuação dos estudos na tradição hermenêutica, na qual fui iniciado pelos cursos do professor Hans Georg Flickinger. Sob sua orientação selecionei e traduzi os textos originais dos cursos de hermenêutica de F. Schleiermacher, os quais foram publicados em 1999, pela editora Vozes. Por questões pessoais, mas também por dúvidas teóricas sobre os fundamentos da hermenêutica

filosófica, especialmente sobre a concepção de linguagem subjacente, desisti de fazer o doutorado com um projeto sobre a teoria da compreensão em Gadamer.

Nesse ínterim, iniciei minhas atividades docentes em 1990, na *Universidade de Caxias do Sul* (UCS), a convite do colega Darlei Dall’Agnol. Na UCS lecionei principalmente disciplinas da área de epistemologia e filosofia da ciência. Foi nesse período, todavia, que iniciei meus estudos em teorias da interpretação, retomando os conceitos clássicos de compreensão e significação, a partir do pensamento grego, sobretudo da escola estóica, estudos esses que se tornaram uma constante em minha vida acadêmica e no escopo do qual ingressei na UFSC. Com efeito, após passar um breve período em Fortaleza, onde lecionei na *Universidade de Fortaleza* (UNIFOR), em 1994 ingressei na UFSC, em um concurso para preenchimento de uma vaga em História da Filosofia Antiga, centrada no período helenístico, no qual apresentei um trabalho escrito sobre a teoria do significado em Platão e Aristóteles.

3. Em 1996 retomei o projeto de doutoramento, mas agora partindo de uma outra base teórica, na qual tanto os cursos do professor Ernildo Stein quanto os dos professores Balthazar Barbosa e Jaime Rebelo haviam me posto em contato, a tradição da análise lógico-semântica e da filosofia analítica. A dúvida em relação à hermenêutica filosófica dizia respeito justamente à teoria semântica, recusada por Gadamer e Heidegger como um caminho infrutífero. Nos meus estudos sobre F. Schleiermacher (1977) e E. Betti (1955), ao contrário, eu havia notado uma implicação forte entre hermenêutica e semântica, sobretudo em torno do princípio do contexto, comum ao fundador da hermenêutica moderna e ao fundador da filosofia analítica. Essa percepção tornou incontornável para mim o enfrentamento com as teorias e conceitos lógico-semânticos. Em 1997 ingressei no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* (PUC-RIO), para realizar o projeto de doutorado “Análise das implicações ontológicas do nexo entre teoria do significado e definição de verdade”, sob orientação de Oswaldo Chateaubriand, concluído em 2001 com a defesa da tese “*A complexidade do nexo semântico*”. Durante o doutorado, assisti vários cursos com Oswaldo Chateaubriand, Luiz Carlos Pereira e Danilo Marcondes.

A questão investigada na pesquisa de doutorado foi a de como expor a conexão semântica entre os conceitos de significatividade, verdade e entidade. O objetivo principal era a explanação e a fixação das noções semânticas básicas, e suas

interconexões, envolvidas na descrição do conteúdo semântico sentencial. A partir da hipótese da complexidade do nexos semântico, sob a formulação de que há múltiplos modos de significar irreduzíveis entre si, procurei mostrar a inadequação e a parcialidade de três estratégias clássicas de explanação do conteúdo semântico, a saber, o referencialismo, o inferencialismo e o deflacionismo. Como teoria substitutiva, desenvolvi e propus, então, uma teoria baseada na distinção de diferentes funções semânticas, definidas a partir da articulação de remissões referenciais e remissões inferenciais, enquanto ingredientes indissociáveis que perfazem a significatividade das expressões linguísticas, sejam elas sentenciais ou subsentenciais. Esta teoria da descrição semântica foi, por sua vez, aplicada na elucidação das relações entre noções semânticas e noções ontológicas. A solução proposta e defendida foi que estas noções são complementares, no sentido de elas apenas serem definíveis concomitantemente, visto que tanto a estruturação do universo de discurso quanto a estruturação do domínio de referência, embora separáveis em abstrato, configuram-se apenas como partes complementares de um todo cuja determinação efetiva ocorre correlativamente e é tematizada como conteúdo semântico articulado em termos referenciais e inferenciais. Desse modo, defendi que a conexão entre os conceitos de entidade e de significatividade, nesse ponto seguindo Frege, mas o relendo a partir de Tarski, configura-se por meio do conceito de verdade, portanto, sempre já no plano sentencial e discursivo. A tese semântica principal quanto ao conteúdo sentencial é que, seguindo o princípio do contexto, a inteira frase é um todo estruturado cujas partes estão por funções lógico-semânticas diferenciadas e articuladas, de modo que nem o modelo da nomeação e nem o modelo da predicação e descrição podem ser aplicados à inteira sentença.

A problemática ligada à descrição semântica constitui o eixo básico de meus estudos ainda hoje, como atestam minhas publicações. Em 2013 fiz um estágio pós-doutoral na *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG), sob a supervisão de Ernesto Perini, no qual desenvolvi a primeira fase do projeto *Teoria da predicação e compatibilidade categorial* dedicado ao estudo das relações entre semântica, lógica e ontologia conquanto elas se articulam no nexos predicativo, este pensado como relação lógica básica.

II. Atuação docente na UFSC

Nesses 24 anos aqui na UFSC, onde ingressei numa vaga de filosofia antiga, lecionei nos primeiros anos prioritariamente disciplinas ligadas à história da filosofia e ontologia clássicas, sobretudo do período helenístico. Depois, tendo obtido o título de doutorado em 2001, passei a trabalhar com temáticas de filosofia da linguagem, semântica e ontologia. Contudo, não abandonei os estudos de hermenêutica filosófica e teoria da interpretação, introduzindo a disciplina *Filosofia hermenêutica*, que hoje faz parte do currículo do curso de graduação em filosofia. Além disso, expandi meus estudos em ontologia, incorporando investigações em teoria do objeto e teoria das categorias, para além dos limites da análise lógico-semântica *stricto sensu*. Nos últimos anos, passei a investigar temáticas ligadas à filosofia da arte e à teoria dos artefatos, conjugando uma abordagem hermenêutica com os questionamentos ontológicos de análise categorial.

1. Ensino de Graduação e Pós-Graduação

Durante minha carreira docente ministrei ao menos 23 disciplinas na pós-graduação e 95 na graduação. Com regularidade, ministrei as disciplinas *Seminário de Pesquisa Filosófica*, *Filosofia da Linguagem*, *Ontologia*, *Filosofia da Arte* e *Filosofia Hermenêutica*. Por sua vez, minha atuação no Programa de Pós-Graduação em Filosofia esteve sempre ligada à área de Ontologia, na linha de pesquisa Ontologia e Método, na qual ministrei sobretudo as disciplinas *Ontologia e Filosofia da Linguagem*, *Ontologia e Filosofia da Arte*, *Ontologia e Método III e V*, e *Metafísica Contemporânea*.

O foco do meu trabalho está, primeiro, na análise conceitual das suposições e implicações ontológicas de teorias e concepções com o propósito de desfazer as justificações dessas estruturas conceituais embasadas no *a priori* e no *transcendental*.

Para isso tenho analisado e proposto diferentes esquemas de categorias semânticas e ontológicas. Todavia, em segundo lugar, trabalho sempre com um olho na história das transformações de teorias e concepções, buscando fazer uma genealogia ou história da formação desses conceitos e objetos teóricos. Com efeito, desde os primeiros anos, impressionado e motivado pela leitura do livro de Karl-Otto Apel, *Transformation der Philosophie* (1973), mas também por meus próprios interesses em diversos tópicos filosóficos, combinei no meu ensino e nos meus estudos o cruzamento e a fusão de diferentes metodologias e procedimentos. Sobretudo, nos meus estudos de filosofia da linguagem e teoria da interpretação procurei articular conceitos e procedimentos da análise conceitual, sempre guiado pelos trabalhos de G. Frege (1980) e de A. Tarski (1983), com conceitos e procedimentos de análise hermenêutica e genealogia das idéias, tendo em Hans-Georg Gadamer (2005) e Friedrich Nietzsche (1987) os modelos paradigmáticos.

2. Cargos administrativos e Comissões

Além da contínua dedicação ao ensino de graduação, desde 1994, e de pós-graduação, desde 2001, exerci por duas vezes a função de Coordenador do Curso de Graduação em Filosofia, uma vez a de Chefe do Departamento e a de Coordenador de Extensão, além disso fui membro do Conselho Universitário e da Câmara de Ensino de Graduação da universidade, bem como várias vezes membro do Colegiado do Curso de Graduação e da Pós-Graduação em Filosofia, e participei como membro efetivo de Comissões Examinadoras de Concurso Público para professor na UFSM (2009), UFSC (2009), UFBA (2016), bem como de Comissões de seleção para ingresso no programa de pós-graduação. Em 2017, fui designado pela Portaria n.103, 09.02.2017 INEP/MEC para compor a Comissão de Assessoria da Área de Filosofia do ENADE 2017.

3. Orientações

Nesse período, orientei e levei à conclusão 18 Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação, 5 PIBIC, 10 mestrados e 4 doutorados, e supervisionei 4 pós-doutorados.

Atualmente tenho sob minha orientação em andamento 1 projeto PIBIC, 2 projetos TCCs, 2 projetos de mestrado e 3 de doutorado. Enquanto membro da linha de pesquisa Ontologia e Método, área de concentração Ontologia, participo regularmente de Bancas de avaliação de mestrados e doutorados (acima de 100) na área de Ontologia e também na de Lógica e Filosofia da Ciência.

4. Atividades de extensão

Além das atividades de ensino e pesquisa, participei e desenvolvi várias atividades de extensão, na forma de palestras e organização de colóquios, dentre as quais se destacam um total de 52 comunicações e conferências, em diferentes universidades brasileiras, e os projetos de extensão, na UFSC, “A arte para além do semântico e do estético”, protocolo 2016.1129, “Arte e Filosofia da Dança”, 2016.1130, “Arte e Filosofia: o sentido em questão”, 2016.1133, “Colóquio Filosofia e Arte”, 2009.2758, “Encontro de Filosofia da Arte: a questão do fim da arte”, 2016.5884, “Filosofia e Arte”, 2009.0468, “Metodologia como atitude interpretativa”, 2015.2326, “Mini-Curso sobre "Estrutura e Ser" de L. B. Puntel”, 2010.0761, “Nietzsche e o Pensamento Contemporâneo”, 2008.1340, “O ato de dançar como um exercício de ficção”, 2016.4545, “Oficina de Filosofia da Arte”, 2011.5756, “Oficina de Semântica e Ontologia”, 2010.2424 e 2012.2774.

5. Integração na comunidade de pesquisa nacional

Desde o ingresso no curso de mestrado em 1988, tenho apresentado comunicações e palestras em simpósios de filosofia promovidos por diferentes universidades brasileiras. Participei pela primeira vez dos encontros da ANPOF ainda como mestrando, apresentando o trabalho “*As razões da genealogia nietzschiana*”, no IV Encontro Nacional de Filosofia – Rio de Janeiro, RJ, 1990, mantendo-me filiado ao grupo de pesquisa *Centro de Estudos Integrados Fenomenologia e Hermenêutica*, registrado por Ernildo Stein no CNPq. Posteriormente, a partir de 1998, passei a integrar

o *GT de Filosofia da Linguagem*, do qual fui Coordenador de 2008 até o encerramento de suas atividades em 2013. A partir de então, como membro proponente, fundador e subcoordenador, juntamente com Luiz Rohden (UNISINOS), integro o *GT de Filosofia hermenêutica*.

Além disso, participo desde a fundação do *Núcleo de Epistemologia e Lógica* (NEL) e do *Núcleo de Investigações Metafísicas* (NIM), na UFSC, e do *Grupo de Pesquisa Origens da Filosofia Contemporânea* (PUC-SP), coordenado por Mario A. G. Porta, registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, e mais recentemente do grupo NELIF - *Núcleo de Estudos em Literatura e Filosofia* (UFPA), coordenado por Claudia Grijo Vilarouca.

Atualmente participo como editor-gerente da Revista PERI (UFSC), e membro da comissão editorial dos periódicos de filosofia como PRINCIPIA (UFSC), DISSERTATIO (UFPEL), jornal Õ CATARINA, jornal [Caixa de pont[o], e como parecerista de diversos outros periódicos, tais como Principia, Ethica, Dissertatio, Controvérsia, Principios, Peri, Trilhas Filosóficas.

III. Estudos, projetos de pesquisa e publicações

1. Projetos de pesquisa

Ao longo de minha atuação acadêmica, desenvolvi vários estudos e pesquisas, com projetos registrados. Esses projetos perfazem na sua sequência o direcionamento de minhas ações e intervenções teóricas e embasam as minhas publicações, cursos e palestras. O projetado e o alcançado nem sempre estiveram sincronizados, mas em mais ou menos tempo as minhas intervenções docentes (cursos, comunicações, palestras, textos) tornaram públicos os resultados desses estudos. Em ordem cronológica foram estes os meus estudos principais:

A crítica do conhecimento em Nietzsche (1988-1992, UFRGS)

O projeto de investigação visa uma reconstituição crítica da posição tardia de Nietzsche quanto à seguinte questão: como conceber a experiência objetiva de um agente-senciente-falante, ou, mais simplesmente, como se pode compreender o conhecimento objetivo enquanto tal. Por "experiência objetiva" entende-se aquele tipo de vivência que apresenta um campo de objetos determinados, ou seja, uma experiência completamente subsumível a conceitos, portanto, que pode ser transposta para o discurso. Uma vez que aquilo que se apresenta através da experiência objetiva é o que chamamos realidade, a questão que nos interessa diz respeito ao modo mesmo de constituição da realidade objetiva. A posição teórica de Nietzsche não parte da possibilidade de se estabelecer uma teoria da forma-essência atemporal do conhecimento, o que permitiria a definição de critérios de validade universais e necessários, ao recusar a pretensão dos teóricos do conhecimento de reduzir a Filosofia a uma teoria do conhecimento. Todavia, ele supunha a necessidade de uma crítica do conceito de conhecimento (*Kritik des Begriffs "Erkenntnis"*), isto é, na necessidade de fazer o conhecimento refletir sobre suas próprias condições; com efeito, ele concebia a sua filosofia como uma investigação dos conceitos fundamentais e das transformações conceituais, e acreditava que a tarefa da filosofia consistia em trazer à luz as pressuposições sobre as quais a razão se efetiva. A hipótese é que em Nietzsche a filosofia consiste em uma investigação conceitual realizada através de dois procedimentos complementares: um procedimento que visa o desvelamento do aparato conceitual fundamental da razão, do conhecimento, do discurso, e outro, que procura traçar o processo de formação e as transformações desses conceitos e de suas relações. A partir disso se pode defender que a reflexão crítica acerca do conhecimento, que Nietzsche desenvolve, pretende seguir estritamente o princípio da "justiça" (*Gerechtigkeit*), o qual concede a cada coisa o que lhe próprio. Isto significa pretender fornecer uma resposta adequada e desiludida à questão kantiana acerca do que é propriamente conhecer. A resposta nietzschiana é lacônica: "Auslegung", "Interpretation". O caráter interpretativo do conhecimento é concebido por Nietzsche, primeiro, por estar fundado em uma atividade criativa e organizadora: uma atividade de criação e fixação de um aparato

sígnico-conceitual, e de esquematização, organização e configuração do sentir. Ao se instituir um aparato sígnico-conceitual, institui-se, simultaneamente, uma configuração do sentir. Este aparato, uma vez estabelecido, possibilita e condiciona todo experimentar-sentir, falar e pensar objetivos; a sua instituição torna possíveis, ao mesmo tempo, a capitalização da experiência vivida, o discurso significativo e o pensar racional, possibilitando, assim, o levantamento das pretensões de justiça, validade e verdade para ações, proposições e falas. Portanto, a possibilidade mesma do questionamento da validade e da verdade de um proferimento pressupõe, já, a realização da significância, visto que somente de um proferimento ou ação com sentido é que se pode questionar "verdade" ou "falsidade", isto é, somente à base de uma pretensão de sentido, já alcançada, se pode reivindicar verdade e validade.

Tradução dos textos de hermenêutica de Schleiermacher (1992-1995, UCS e UFSC)

Os objetivos do projeto eram dois: primeiro, investigar os fundamentos da hermenêutica moderna, sobretudo o delineamento dos conceitos de interpretação e compreensão hermenêuticos; segundo, traduzir pela primeira vez os textos de Schleiermacher correspondentes aos cursos originais. Os cursos de hermenêutica de Friedrich D. E. Schleiermacher estão inseridos tanto na tradição exegética da Teologia protestante, como no renascimento dos estudos de Filologia clássica, no final do século XVIII. Neles encontramos o antigo ideal exegético de reconstituir o sentido original de um texto. Todavia, esse ideal aparece reorientado por uma exigência filosófica de extração kantiana, qual seja, a de analisar as condições gerais sob as quais a compreensão ocorre e de fornecer as razões do processo de interpretação. A sua investigação procura fundamentar o procedimento a partir de um conceito geral de compreensão. Esse conceito será imediatamente associado, em meados do século XIX, ao problema epistemológico da justificação metodológica das ciências humanas. Desse modo estabeleceu-se uma inteligibilidade própria às ciências humanas, *compreensiva*, distinta daquela das ciências naturais, *explicativa*, quantitativa e indutiva. Enquanto as ciências explicativas buscam determinar as condições causais de um fenômeno através da observação e da quantificação, as ciências compreensivas visam a apreensão das significações intencionais das atividades históricas concretas do homem. Esse modelo de racionalização, retirado da interpretação de textos, no mesmo movimento que estabelece a *apreensão do sentido* como essência do método das ciências humanas, delimita o alcance da metodologia das ciências naturais, questionando, acima de tudo, o próprio conceito de objetividade científica. Isso se mostra nas determinantes específicas desse modelo: a inseparabilidade de sujeito e objeto, uma vez que a compreensão hermenêutica se dá pela inserção daquele que compreende no horizonte da história e da linguagem, as quais são aquilo mesmo que deve ser compreendido; o condicionamento de toda expressão do humano a um determinado horizonte lingüístico, o que inclui também o resultado da compreensão, portanto, a própria ciência; a circularidade entre o todo e o particular, ou a mútua dependência constitutiva entre a parte e a totalidade, que impossibilita a compreensão por mera indução; e, por fim, a referência a um ponto de vista, ou pré-compreensão, a partir do qual se institui todo conhecimento, que estabelece a prioridade da pergunta sobre a resposta, na medida em que aquela projeta as possíveis alternativas para a resposta, e problematiza a noção de dado empírico puro.

Teoria da compreensão e concepção de homem no pensamento estóico (1994-1996, UFSC)

O objetivo do projeto era reexaminar o conceito de compreensão proposto pelos hermeneutas, enquanto apreensão de sentido, determinado pela relação intrínseca com a autocompreensão, pela linguisticidade e pela historicidade da experiência, mas também da expressão da experiência. A estratégia de análise consistia, primeiro, em recuperar a história da introdução do termo “*comprehensionis /katalepsis*” na escola estóica e, segundo, examinar em que medida e de que maneira esse conceito implicava já também o de autocompreensão. Desse modo, esperava-se esclarecer a matriz das filosofias da reflexão e ao mesmo tempo explicitar o modo pelo qual os estóicos pensaram a apreensão de sentido.

Análise das implicações ontológicas do nexo entre teoria do significado e definição de verdade (1997-2000, UFSC/PUC-RIO)

A questão investigada nesse trabalho foi a de como expor a conexão semântica entre os conceitos de significatividade, verdade e entidade. O objetivo principal era a explanação e a fixação das noções semânticas básicas, e suas interconexões, envolvidas na descrição do conteúdo semântico sentencial. A partir da hipótese da complexidade do nexo semântico, mostrou-se a inadequabilidade e a parcialidade de três estratégias clássicas de explanação do conteúdo semântico, a saber, o referencialismo, o inferencialismo e o deflacionismo. A hipótese proposta, então, era uma teoria baseada na distinção de diferentes funções semânticas, definidas a partir da articulação de remissões referenciais e remissões inferenciais, as quais perfazem a significatividade das expressões. Esta teoria da descrição semântica é, por sua vez, aplicada na elucidação das relações entre noções semânticas e noções ontológicas. A solução proposta é que estas noções são complementares, no sentido de elas apenas serem definíveis concomitantemente. O ponto principal que quis mostrar com estas considerações está em que, mesmo quando o aparato referencial se reduz às variáveis, as propriedades do domínio de referência, ou da realidade pressuposta como correlata da significatividade, não são determinantes das propriedades semânticas das expressões, embora a estrutura geral, ou forma lógica, das articulações de expressões significativas esteja intrinsecamente correlacionada com a estrutura ou forma de articulação dos objetos e estados de coisas. Não porque uma seja o reflexo da outra, mas, antes disso, porque enquanto noções ou conceitos eles são concomitantes e complementares, um não podendo ser pensado sem o outro. Por complementaridade entenda-se a não-indiferença, em primeiro lugar; depois, a não-hierarquia no sentido de uma não ser logicamente primeira em relação a outra; e, por fim, a não-independência. Porém, desta não-independência não se segue que essas noções possam ser confundidas e interpermutadas. Pois, como foi mostrado, os princípios semânticos não se reduzem aos princípios ontológicos e vice-versa. A posição de entidade e a proposição de sentido são complementares e, por isso mesmo, uma não pode absorver a outra. Uma vez postos os objetos no domínio, com suas determinações ou propriedades, nada mais é necessário para se propor isso ou aquilo sobre tais objetos. As relações e propriedades ontológicas de um objeto determinam o modo como ele poderá ser alocado e expresso no discurso; e, por sua vez, as propriedades e relações semânticas de uma expressão determinam o modo como ela poderá ser utilizada para denotar entidades e propriedades. Entidade e significatividade, embora conceitos distintos apanhando aspectos diferentes da experiência vivida, apenas enquanto aspectos de um complexo podem ser definidos e pensados em sua plenitude.

Teoria do objeto: a encruzilhada da semântica e da ontologia (2001-2003, UFSC)

Análise do problema da constituição e da conceitualização dos objetos sobre os quais se diz alguma coisa, sob a perspectiva das teorias de A. Meinong e G. Frege. Embora seja uma expressão corrente no jargão científico-filosófico, a palavra 'objeto' é equívoca e problemática, pois etimologicamente sugere significações incompatíveis com as teorizações em que ela aparece como expressão conceitual. As análises de Frege e Meinong constituem duas tentativas de esclarecimento do conceito de objeto a partir de pontos de vistas distintos. Os meus objetivos são, primeiro, mostrar como Frege e Meinong analisam a noção de objeto, tornando-a um conceito filosófico confiável e, depois, mostrar como os conceitos alcançados são distintos. Para isso, eu vou considerar dois pontos: qual o papel teórico do conceito de objeto e qual o conceito a partir do qual ele é caracterizado. O ponto a ser elaborado é a distinção entre as funções

teóricas do conceito de objeto em (1) teorias lógico-semânticas e em (2) teorias fenômeno-lógicas. A partir dessa distinção, o que se esperava alcançar era delinear uma armação teórica para a explanação das noções de objeto e de entidade, a partir da análise das noções envolvidas na conceitualização de existência e de ser de entidades, previstas em um discurso ou teoria, tendo como parâmetro as diretrizes básicas do método da análise lógico-semântica. Outro objetivo era o de recontar a história do debate entre Frege, Meinong, Russell, Carnap e Quine acerca da noção de objeto. Com isso esperava-se elucidar o modo como foram resolvidas teoricamente as inter-relações entre teoria semântica e teoria ontológica, do qual, a partir dos trabalhos de Frege e Meinong, surgiram duas soluções clássicas: por meio de uma teoria semântica da referência ou por meio de uma teoria intencional do objeto.

Análise ontológica e semântica do virtual (2004-2006, UFSC)

O termo “virtual” tornou-se corriqueiro nas discussões contemporâneas em vários setores do saber e da cultura, tendo a expressão “realidade virtual” sido admitida como significativa e adequada para dizer-se o que está acontecendo e para descrever uma série de diferentes objetos e fenômenos. Além disso, tornou-se comum o uso do termo “virtual” como contraposto ao atual, configurando-se assim uma nova modalidade. A pergunta aqui levantada é quanto ao conceito (ou conceitos) significado com tais expressões. O que se quer dizer quando se diz que algo é *virtual* ou uma realidade virtual? Trata-se de um modo de dizer, de um predicado, explanável em termos semântico-gramaticais ou de um modo de ser, explanável por meio de uma categorização ontológica? E se for ontológico, trata-se de uma propriedade, relação, etc.? Ademais, visto ser comum o uso do termo para qualificar uma certa entidade, aquilo que é virtual depende ou funda-se em algo real ou não? Em geral, nos diversos contextos e situações de emprego, com o termo virtual quer-se indicar um modo de ser e um tipo de entidade. Todavia, analisando-se os diferentes usos do termo os seguintes pontos não estão claros: *primeiro*, uma vez que nas propostas padrões de categorização (teoria das categorias) não há lugar para a categoria do virtual, com quais categorias o âmbito do virtual é implicitamente conceitualizado nessas propostas; *segundo*, em que medida a virtualidade é uma nova modalidade, para além de possibilidade, necessidade, existência? E, se for uma nova modalidade, como devemos entendê-la, *de re* ou *de dicto*? *Terceiro*, em que medida o virtual é um predicado real – ontológico ou semântico; *quarto*, diante da contraposição entre objeto virtual vs. objeto abstrato e objeto possível, em que medida as críticas aos dois últimos conceitos aplicam-se ao primeiro; *quinto*, admitindo-se entidades e propriedades virtuais, como estabelecer critérios de identidade para tais entidades e propriedades; *sexto*, uma vez que se diz que alguma coisa é ou está virtualmente em algo, qual noção de dependência ou fundação está implicado no termo virtual. Para elucidar estes pontos, eu vou partir da hipótese de que categorias semânticas e categorias ontológicas são distintas, embora complementares e consorciadas, e então analisar as diferentes propostas de definição do termo virtual, distinguindo inicialmente entre interpretações semântico-gramaticais e interpretações ontológicas, com o objetivo de estabelecer uma caracterização ontológica minimal pela qual se poderia chegar a uma definição minimamente esclarecedora dos diversos usos do termo. Além disso, como segunda hipótese de trabalho, vou procurar explicar a virtualidade como *fundada* na atualidade, entendendo que o conceito de virtual implica o conceito de fundação ou, alternativamente, de nível de realidade, ou ainda de dependência ontológica. Depois, num segundo momento, como ilustração da análise da virtualidade, eu vou investigar e analisar o conceito de virtual, no contexto das discussões contemporâneas das categorias ontológicas básicas, enquanto um conceito aplicável na compreensão da significatividade lingüística. Conjuntamente, tendo em vista que a análise do conceito de virtualidade, uma vez admitida sua interpretação como categoria ontológica, implica uma revisão da teoria das categorias, eu vou analisar e avaliar as propostas contemporâneas em teoria das categorias, tendo como foco direcionador o lugar categorial do virtual e da significatividade lingüística, tendo como hipótese preliminar a idéia de que o significado deixa-se compreender ontologicamente sob as categorias do virtual e do fundado.

Análítica das categorias ontológicas básicas (2007-2009, UFSC)

O tema a ser investigado é o das *categorias ontológicas* básicas no contexto do debate contemporâneo acerca da análise de comprometimentos ontológicos. O problema está em que a explicitação de suposições e implicações ontológicas exige a fixação prévia de um quadro minimal de categorias ontológicas básicas, formais e justificáveis para todas as partes envolvidas no debate. A situação atual da ontologia, porém, está orientada pela aceitação da tese da relatividade ontológica e pelo questionamento justamente dos conceitos e categorias fundamentais, sobretudo porque tanto a *estratégia de definição* quanto a *forma articulação* dos conceitos formais primitivos está em discussão. Essa situação, em grande medida, se deve ao fato de que as principais metódicas filosóficas estarem comprometidas com a tese da relatividade dos conceitos e categorias, seja à linguagem, seja à consciência ou à história, e, também, pelo fato da crise metodológica da filosofia atual. Em ontologia essa situação se manifesta na forma da dúvida generalizada acerca tanto da sua exequibilidade quanto da sua necessidade e, sobretudo isso, da dúvida acerca dos procedimentos e critérios de análise. Em geral, a discussão atual está polarizada por duas questões. A primeira, derivada das sugestões de Russell, Carnap e Quine, pode ser formulada assim: “Que tipos de entidades, propriedades, relações e estruturas uma teoria ou discurso pressupõe como possíveis e como existentes?”. Para se responder semelhante questão, devemos ter *critérios de comprometimento* ontológico para teorias, discursos. Há um consenso tácito de que as formulações de Quine, com pequenas variações, fornecem a metodologia adequada para se decidir essa questão. A segunda questão, derivada dos trabalhos de Frege, Meinong e Husserl, pode ser assim formulada: “Que categorias e conceitos formais são usados por uma teoria ou discurso para expressar os diversos modos de ser dos diferentes objetos tidos como referentes lógicos da teoria ou discurso?”. Para se responder semelhante questão, devemos ter *critérios de análise conceitual* para discursos e teorias. Daí que o termo “ontologia” signifique ora o conjunto de entidades ou domínio de referência de uma teoria ou discurso, ora o esquema categorial básico pelo qual objetos e entidades, propriedades e relações, são concebidos e expressos. Nessa investigação, vou pressupor que essas duas questões devem e têm de ser resolvidas concomitantemente, no sentido de que um critério de comprometimento ontológico sem uma analítica categorial permanecer vazio e inoperável. A hipótese é que um mesmo critério de comprometimento ontológico pode ser aplicado tendo como parâmetro analítico diferentes esquemas categoriais e diferentes bases analíticas; logo, são esses esquemas e analíticas o decisivo. Desse modo, penso recuperar a intuição de Frege e Husserl, da necessidade de uma *teoria formal*, de uma Analítica ou Ontologia formal, como condição prévia para a discussão de ontologias materiais e comprometimentos com teses ontológicas específicas. O problema diz respeito à própria justificação da Analítica, e os pontos problemáticos principais estão na justificação do *modo de articulação* entre as diferentes categorias e, sobretudo, na *explicitação dos termos da própria análise*. Para esclarecer esses pontos faz-se necessário retomar a própria história de formação do conceito de categoria, sobretudo porque as diferentes propostas atuais nesse tópico caracterizam-se por estabelecer vínculos com diferentes fases dessa história (Platão, Aristóteles, Kant, Bolzano). As propostas paradigmáticas de Aristóteles e Kant, bem como as críticas levantadas contra elas, constituem um excelente material para se testar e confrontar uma nova proposta categorial e analítica. A questão diz respeito à acusação de platonismo dirigida a todos aqueles que postulam algum tipo de *ingrediente formal*, na análise da experiência e do discurso, como matriz da universalização e inteligibilidade, acusação esta que torna explícita a suposição da validade da tese nominalista. Uma solução para essa diferença, todavia, passa por uma explicitação dos esquemas e conceitos da própria análise.

Conceitos formais e diferença categorial (2010-2012, UFSC)

O uso teórico dos conceitos de *conceito* e de *categoria*, bem como das palavras correlatas, tanto no discurso filosófico quanto no discurso científico, é equívoco e confuso, embora esses termos sejam de uso corrente sobretudo nos textos filosóficos. Essa situação reflete-se na inutilização das distinções categoriais tradicionais e na inconsequência das definições e esclarecimentos

conceituais. O maior problema disso é a impossibilidade de se fixar uma plataforma teórica minimal capaz de servir de base *analítica* para o ajuizamento de propostas teóricas conflitantes. Disso resultam tanto o caráter hipocrítico das falas filosóficas atuais quanto a especialização e confinamento das pretensões de sentido e validade a nichos teóricos restritos, ou ainda, o que é pior, a restrição do filósofo a uma espécie de contador de relatos descritivos sobre casos particulares, cuja única pretensão é agradar e mostrar que se tem *esprit*. Todavia, esse *estado* de coisas, ou melhor, *de mente*, não impede o uso reiterado da noção de que certas combinações de termos e de ideias *fazem* e outras *não fazem sentido*, e menos ainda, impede que os diferentes interlocutores filosóficos recorram ao conceito de *implicação* e *consequência*. Porém, admitida essa hipótese de fundo, ao menos como antecipação regulativa para a investigação, a saber, de que a quebra de sentido é um indicador de *erro categorial* e de mal aplicação de conceitos, então, a aludida confusão pode ser vista como o sintoma de que o quadro conceitual atual e atuante precisa ser ainda explicitado; e, admitida a força heurística e argumentativa das relações de *implicação*, seria conveniente explicitar a fonte e a estrutura da *implicatividade e das relações de consequência*. A hipótese-guia dessa investigação está na suposição de que os conceitos de *sentido* e de *implicação* são metaconceitos no sentido estrito da expressão: conceitos indicadores da vigência de uma dimensão de orientação e validade cuja base fundante se explicita por meio dos conceitos indicados pelas palavras “conceito” e “categoria”. O problema de uma caracterização e operacionalização adequada do conceito de conceito, e de teoria como articulação conceitual, torna-se ainda mais agudo quando se considera a questão da definição das *categorias ontológicas* básicas no contexto do debate contemporâneo acerca da análise de comprometimentos ontológicos. Pois, em geral, a discussão de diferentes métodos de definição de categoria ontológica não faz uma elucidação teórica prévia dos tipos e das definições do conceito de conceito que uma categoria ontológica representa. Por esse motivo, as diferentes propostas sobre a noção de categoria ontológica não podem ser ajuizadas adequadamente quanto à pretensão de sentido e validade que nos permitiria descartá-las ou admiti-las com razão. Porém, se fizermos um retorno aos clássicos que definiram a agenda filosófica nos últimos 100 anos, podemos ver lá justamente a tese de que há diferentes tipos de conceitos (termos gerais). Em Husserl, na tese da diferença entre os conceitos alcançados por abstração generalizante e os conceitos alcançados por formalização (*Ideen I*), distinção essa que está no cerne das teses sobre a diferença ontológica e categorial. Essa distinção, porém, já estava presente e atuante no livro fundamental de Frege (*Os fundamentos da Aritmética*), sobretudo na distinção entre leis lógicas puras (formais), leis gerais (sobre domínios especializados) e enunciados sobre objetos particulares. Essa teoria do teórico (conceito) tinha como cerne a diferença entre proposições analíticas e sintéticas, aprióricas e aposteriônicas, fundadas em modos de formação de conceitos que apontam para uma diferenciação entre pelo menos três tipos de conceitos: conceitos formais, gerais e indexicais. Frege e Husserl, na sequência das consequências da tese de Bolzano, de que há representações sem objeto válidas, introduziram o conceito de *conceito não alcançado por abstração* a partir da intuição e experiência com particulares. Esse conceito, por definição, não pode diz respeito aos objetos enquanto são esses ou aqueles, tem estas ou aquelas propriedades e relações, mas diz respeito a *objetividade* dos objetos. Nessa linha, Husserl defendeu a ideia de uma ontologia formal e de categorias ontológico-formais, as quais seriam típicas da teorização filosófica, e condição lógica de qualquer ontologia regional ou aplicada a um domínio particular de objetos. O problema hoje é que há diferentes teorias formais com pretensão de primariedade: *Lógica formal*, *Teoria dos conjuntos*, *Mereologia* e *Teoria de categorias*. Estas teorias não completamente conversíveis e definições a partir de seus conceitos não são equivalentes. Isso significa que a *plataforma analítica*, ou a teoria de fundo, a partir da qual se podem ajuizar disputas sobre diferenças categoriais e comprometimentos ontológicos, bem como fixar definições comuns, está em disputa.

Análise categorial e ontologia dos artefatos técnicos e artísticos (2013-2014, UFSC)

O objetivo do projeto é investigar as bases categoriais e ontológicas da distinção conceitual entre natural e artificial, especificamente no que diz respeito à compreensão do conceito de *artefato* quando desdobrado nos conceitos de *dispositivo teórico*, conceitos e teorias, *dispositivo técnico*, instrumentos e máquinas, e de *dispositivo artístico* ou obra de arte. O problema será abordado em termos teórico-conceituais, sobretudo a partir do enfoque da categorização ontológica, tendo

em vista a suposta diferença ontológica entre a categoria dos artefatos concretos e as categorias de entidades naturais, abstratas e obras de arte. A primeira hipótese consiste, primeiro, em pensar essa distinção como funcional e contextual, e não ontológica; segundo, em conceber os conceitos de artefactualidade e artificialidade como conceitos fundados nos conceitos de ação e de agente, de tal modo que a distinção entre natural, artificial e artístico seria fundada no conceito de *agir*, sendo portanto pragmática. Desse modo, o problema a ser examinado configura-se no plano da compreensão da ação e da agência humana conquanto ele se mostra no sentido e na função dos artefatos técnicos e artísticos. Todavia, como segunda hipótese de trabalho, será explorada a tese de que o uso de artefatos indica a identidade e o modo de ser do humano. Por conseguinte, a explanação pragmática e funcional dos artefatos remeteria a um fundamento ontológico, o modo de ser do humano.

Teoria da predicação e compatibilidade categorial (2013-) (Pós-doutorado, UFSC/UFMG)

O tema a ser investigado é a doutrina do sentido proposicional nos seus desdobramentos como teoria da *estrutura predicativa* e como teoria da *compatibilidade categorial* entre os elementos semânticos de uma proposição, tendo como cerne o problema da elaboração de uma teoria compreensiva da *unidade lógico-semântica da proposição* que seja compatível com uma teoria da *unidade gramatical da sentença*. O foco da investigação é o nexos predicativo conquanto implica a compatibilidade categorial dos termos proposicionais. O problema geral da pesquisa é a busca de uma *teoria compreensiva da predicação*, especialmente no que diz respeito à relação entre os conceitos semânticos, utilizados na descrição do conteúdo semântico sentencial, e os conceitos ontológicos utilizados para a descrição da estruturação do universo de discurso, no contexto das teorias lógico-semânticas contemporâneas. No cerne do debate está a noção de estrutura quando aplicada para explicitar o conteúdo proposicional e o nexos predicativo. O que é expresso por uma sentença estrutura-se de modo análogo ao modo de estruturação gramatical da sentença? Assim como a sentença, o conteúdo expresso contém partes destacáveis? O pensamento é estruturado predicativamente ou mereologicamente? O que é um termo proposicional, singular ou geral? Embora essas questões tenham deixado de fazer parte dos livros de lógica e de teoria da lógica, em favor de uma solução que identifica a estrutura do expresso com a estrutura do expressante, mapeada em termos conjuntistas, pode-se retormá-las como um dilema na interpretação do que é uma análise semântica no contexto das propostas inaugurais de Frege. O problema está em como compreender os termos da análise da noção de estrutura sentencial e estrutura proposicional, sobretudo a noção de parte ou termo, de tal modo que a unidade proposicional seja pensada como congruência composicional, ou molecular, de partes independentes, em analogia com a relação entre palavras e frases, ou então que as partes subproposicionais sejam pensadas como dependentes do todo.

O problema da caracterização ontológica dos artefatos tecnológicos e artísticos
(2014-2016, UFSC)

A proposta da pesquisa é a elaboração de um quadro conceitual minimal para a apreensão teórica da distinção categorial entre entidades artificiais e entidades naturais no contexto da cultura conquanto essa distinção é constitutiva da caracterização do próprio humano. O foco será aqueles artefatos que medeiam a relação humano-ambiente natural e assim perfazem a diferenciação das características pelas quais se pauta a formação dos humanos. Três tipos de artefatos serão destacados: linguagens, objetos tecnológicos, e obras de arte. O primeiro campo de problemas consiste no desafio da elaboração de um quadro categorial no qual a distinção entre tipo artificial e tipo natural seja desdobrada a ponto de poder diferenciar e esclarecer a distinção entre objeto linguístico, objeto tecnológico e objeto artístico. O segundo campo problemático emerge da autocompreensão híbrida do ser humano como entidade natural e como entidade cultural. Por fim, um terceiro campo refere-se à distinção entre linguagem como faculdade natural e linguagem como realidade cultural e artefactual. Nesses três âmbitos

entrecruzam-se distinções ontológicas clássicas e inovações conceituais contemporâneas. O debate centra-se na definição das condições de identidade e de existência para diferentes entidades, sobretudo para aquelas cuja estrutura e função se alteram pela própria ação. A hipótese geral é que a oposição tradicional entre ser substancial e ser processual não é suficiente para apreender as realidades culturais, sobretudo os objetos linguísticos, tecnológicos e artísticos. A segunda hipótese é que teoria da dupla natureza dos objetos tecnológicos é insuficiente por supor a separabilidade entre agente intencional e artefato tecnológico e artístico. A solução proposta consiste na introdução de uma terceira categoria ontológica, a saber, a de ser genealógico-performativo, pela qual a natureza das entidades artificiais é explicada e também a natureza das entidades que se realizam por meio dessas entidades. Trata-se de apreender um modo de ser distinto em relação às entidades substanciais e processuais, e também em relação às entidades histórico-evolutivas, que caem sob o conceito de tipo natural. Esse outro modo de ser se caracterizaria, por um lado, pela constituição por meio de artefatos e ficções, e, por outro, pela atividade autoperformativa necessária para a sua efetivação. A hipótese é que essa categoria ontológica seja capaz de explicar a especificidade ontológica dos seres aos quais cabem os atributos histórico, artefactual e autoconstituído, enquanto explicita suas condições de identidade e de existência.

Ontologia dos Artefatos: Agência, Performatividade e Condição Artefactual (2017-, UFSC)

O problema a ser abordado refere-se aos conceitos básicos pelos quais se pode compreender a agência e a eficácia dos artefatos tecnológicos e artísticos enquanto eles perfazem o mundo no qual eles podem ter efeitos e também conformam os agentes que os produzem e por meio deles realizam suas próprias ações e interações. Um livro, um computador, uma linguagem, uma ferrovia, uma música, uma instituição etc, enquanto artefatos, embora sejam objetos com propriedades e relações objetivas, implicam ambientes e agentes com capacidades específicas para cuja formação a própria efetividade desses artefatos é constitutiva. Nesse sentido, esses artefatos não podem ser pensados apenas como objetos e instrumentos, como prevêm as ontologias padrões, pois a sua eficácia e efetividade perfaz uma agência em sentido pleno, embora eles não possam ser pensados como “sujeitos” ou “consciências”. Em outras palavras, esses artefatos são dotados de agência performativa, análoga a agência classicamente atribuída às entidades classificadas como pessoas. Esta capacidade de agir e de perfazer tem de ser pensada como efeitos da efetividade do artificial não-intencional. O problema está em que esses artefatos são entidades artificiais dotadas de agência performativa em relação a ambientes e subjetividades. Embora fundados na intencionalidade de agentes conscientes, o ambiente e os agentes (mentes) são eles mesmos alterados pela atuação dos artefatos; mais ainda, os agentes têm de se modificarem para se adaptarem às restrições e disposições impostas pela estrutura dos artefatos; além disso, as capacidades e sensibilidades propiciadas pelos artefatos instauram um ambiente modificado e também uma agência expandida para os seus usuários de modo tal que a própria intencionalidade dos agentes funda-se na estrutura propiciada pela efetividade dos artefatos e artifícios. A intencionalidade, a capacidade decidir e agir dos agentes intencionais transforma-se em função da efetividade dos artefatos. Por conseguinte, o conceito clássico de agente intencional natural e independente em relação ao ambiente artefactual precisa ser revisto, e também o conceito padrão de artefato baseado apenas nas noções de função e fabricação. O problema especificamente ontológico diz respeito ao quadro conceitual capaz de apreender essas propriedades não-instrumentais e não-passivas desse tipo de artefato, bem como a natureza das entidades performativas. As ontologias contemporâneas em geral são incapazes de reconhecer a dimensão agentiva e performativa dos artefatos, ao se concentrarem apenas no conceito de função e material como definidores desse tipo de entidade. Nas ontologias disponíveis a agência e a performatividade em geral são pensadas apenas como secundárias e derivadas. Os temas da identidade, da existência e do ser daquilo que há sempre estão pensados como aplicando-se primariamente a um mundo estático em que a ação e a atividade são propriedades ou relações de entidades cuja constituição não é afetada pela ação própria ou de outrem ao serem subentendidas como apenas modificações não-ontológicas. O desafio será então propor uma ontologia que

inclua a agência e a performatividade como instauradoras de realidade e como modos de ser primários, por conseguinte, permitindo assim reconhecer a condição artefactual enquanto um modo de ser autônomo embora não independente. Com os conceitos de agência performativa e de entidade genealógico-performativa, nossa hipótese é que essas duas teorias são insuficientes para descrever o fenômeno da interação entre artefatos e agentes intencionais. Neste projeto, seguindo a linha de pesquisa dos projetos anteriores, quatro tópicos serão explorados como exemplares da emergência da confluência entre condição artefactual, agência e performatividade: 1) artefatos linguísticos e estruturas gramaticais; 2) instituições e sociabilidades; 3) aparatos tecnológicos; 4) artes performáticas, sobretudo a arte da dança e do teatro. Nesses tópicos interessa, primeiro, circunscrever conceitualmente aqueles fenômenos em que um artefato (objeto, evento, articulação artificial) adquire propriedades emergentes, para além de suas propriedades materiais, instauradoras de estruturas emergentes por cuja efetividade novas correlações e propriedades tornam-se cogentes e atuantes. Além disso, como complemento a uma abordagem analítica dos próprios fenômenos e artefatos, interessa descrever e apreender conceitualmente a agência performativa enquanto, por um lado, ela é o fator que determina a sua efetividade histórica (Gadamer, 2005) e, por outro, enquanto ela é um sintoma genealógico de sua apropriação por forças e poderes dominantes (Nietzsche, 1987; Kittler 2014), no sentido de que esses artefatos podem ser apreendidos sob o conceito de atividade genealógico-performativa que instaura por meio de sua ação formas, sentidos e constrições no plano das sociabilidades e das instituições.

2. Linhas de investigação e publicações

A partir desses estudos, propus e defendi várias posições e proposições em teoria da linguagem, teoria semântica, teoria da interpretação e da compreensão, teoria da predicação, ontologia, metodologia filosófica, filosofia da arte e teoria dos artefatos, sempre dialogando e considerando os trabalhos mais atualizados e importantes da literatura internacional. Esses estudos se agrupam nos seguintes tópicos:

- Teorias da interpretação e da compreensão
- Teorias do sentido e da significatividade
- Teorias do objeto: entidade, objetividade e formalidade
- Método e validade
- A condição artefactual
- Teorias da agência e da performatividade

Abordei esses tópicos sempre conciliando análise conceitual com análise histórico-genealógica de ideias e teorias, desrespeitando sempre os limites das disciplinas, sob o entendimento de que os conceitos e as proposições filosóficas, por serem projeções reorganizadoras da experiência e da linguagem não podem ser meras descrições confirmatórias de algo já dado, mas configuram-se antes como construções constituidoras do sentido daquilo mesmo sobre o qual se pronunciam e dos critérios de validade das próprias alegações. A seguir, descrevo sucintamente e resumidamente, utilizando-me livremente dos meus próprios textos e resumos, essas linhas de investigação, bem como indico as publicações nas quais as defendi.

Teorias da interpretação e da compreensão

A primeira linha de investigação diz respeito à condição epistêmica delineada pelo conceito de interpretação como cerne dos conceitos de conhecimento e verdade, objeto de estudo da minha dissertação de mestrado, tanto da matriz genealógica nietzschiana quanto da matriz hermenêutica schleiermacheriana, apresentada nos seguintes textos:

[1] **BRAIDA, C. R.** A crítica do conhecimento em Nietzsche, em: Chr. TURCKE, *Nietzsche: Uma provocação* ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994, pp. 33-42.

- [2] BRAIDA, C. R. “Apresentação”, em: F. SCHLEIERMACHER, *Hermenêutica: Arte e técnica de interpretação*. Trad. e Org. C. R. BRAIDA; Petrópolis:Vozes, 1999. pp.7-22.
- [4] BRAIDA, C. R. Aspectos semânticos da hermenêutica de Schleiermacher, em: R. R. REIS e R. P. ROCHA, *Filosofia hermenêutica*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2000, pp. 23-38.
- [12] BRAIDA, C. R. As suposições do interpretacionismo nietzschiano In: V. D. AZEREDO, *Caminhos percorridos e terras incógnitas: encontros Nietzsche*. Ijuí: Unijuí, 2004, pp. 33-61.
- [41] BRAIDA, C. R. Compreensão hermenêutica e suspeição genealógica. *Peri*, v.7, pp.1 - 33, 2015.
- [55] BRAIDA, C. R. O primado hermenêutico do efetivo, em CORREIA, A.; ROHDEN, L.; SAVIAN, J.; TOURINHO, C. *Fenomenologia e hermenêutica*. Coleção XVII Encontro ANPOF: ANPOF, p. 273-290, 2017.

O meu interesse principal nos conceitos de interpretação e compreensão, pensados a partir das proposições de Schleiermacher, Nietzsche e Gadamer, sempre foi crítico, no sentido de que os tomo como instrumentos para o delineamento de uma atitude crítica que recusa tanto o dogmatismo quanto o ceticismo e sobretudo relativismo. Todavia, o principal problema que assumi desde o início foi o de não utilizar como saída alternativa a ascensão transcendental, seja pela via da fenomenologia transcendental seja pela via da semântica transcendental. A posição crítica que procurei esboçar e exercitar é aquela posição cuja verdade e validade de suas proposições é afetada pela existência de outras posições, pois se constitui como uma atitude epistêmica não-soberana que se recusa a pretender ter a última palavra. Tal como o preço do feijão na feira, a proposição crítica tem seu valor objetivo no jogo contextual e perspectivado da interação cooperativa entre posições diversas e plurais. O conceito chave do meu posicionamento está na defesa de que o sentido e o significado apreensíveis e ajuizáveis sempre são já o resultado de um plexo de relações (contexto) localizado numa situação de proferimento e discurso. Adotei, contudo, aos poucos, uma abordagem prático-pragmática, ao defender que tanto o contexto quanto a situação de proferimento são instaurados e fixados por uma ação em curso, ou curso de ações nos quais interagentes ajustam suas ações em relação entre si e o ambiente.

O objetivo básico condutor desses estudos e proposições foi o de radicalizar a historicidade como base fundadora da hermenêutica e assim revisar e substituir os aspectos transcendentalizantes ainda escondidos no conceito de linguagem proposto tanto por Gadamer (2005) quanto por Ricoeur (1986), no sentido de desdobrar as consequências da postulação de uma “hermenêutica histórica”, defendida por Gadamer. Mas, para isso, entendi que deveria retomar as teses genealógicas de Nietzsche (1887) e substituir a base intencional e linguística por uma base prático-agencial fundada no agir. O conceito de sentido, mas também o de validade, então, desloca-se do campo do

mental e da percepção para o campo do agir e das ações, sob a suposição de que apenas para um agente algo pode ter ou fazer sentido.

Teorias do sentido e da significatividade

A segunda linha de investigação está delimitada pelo procedimento de análise lógico-semântica e pelo problema da descrição do conteúdo semântico sentencial, sobretudo tal como foi proposto por G. Frege (2009) e A. Tarski (2007), a qual constitui o tema da minha tese de doutorado. A minha posição teórica esteve e está marcada pela defesa da tese de que o conteúdo semântico é complexo e estruturado, apresentada nos seguintes textos:

- [7] **BRAIDA, C. R.** Funções semânticas e complexidade da proposição In: A. CUPANI e C. MORTARI, *Filosofia e Linguagem* Florianópolis: NEL, 2002, v.6, pp. 75-9.
- [8] **BRAIDA, C. R.** Significatividade e verdade. *REv. Fil Kriterion* (UFMG. Impresso). , v.1, p.43 - 66, 2002.
- [9] **BRAIDA, C. R.** Significatividade e entidade. *Veritas* (Porto Alegre). , v.48, p.5 - 29, 2003.
- [15] **BRAIDA, C. R.** Para a crítica da semântica inferencial In: L. H. DUTRA e C. MORTARI, *Anais IV Simpósio Internacional Principia*, 2005, Florianópolis. **Epistemologia**. Florianópolis: NEL-UFSC, 2005. v.1. pp.79 - 122.
- [20] **BRAIDA, C. R.** A estrutura linguística e o fundamento das verdades analíticas. *Princípios* (UFRN. Impresso). , v.16, pp.27 - 61, 2009.
- [33] **BRAIDA, C. R.** Estrutura predicativa e significatividade. *Revista de Filosofia Aurora* (PUCPR. Impresso), v.26, pp.533 - 561, 2014.
- [47] **BRAIDA, C. R.** Sobre a função semântica dos predicados. *REVISTA DISSERTATIO DE FILOSOFIA*, v.45, pp.3 - 23, 2017.

Nesses estudos procurei conectar e desenvolver uma teoria da descrição do conteúdo semântico proposicional, uma teoria do significado e da verdade, partindo do princípio do contexto de Frege, e da metodologia semântica de Tarski. O objetivo principal sempre foi o de desenvolver uma teoria semântica que permitisse uma descrição acurada do conteúdo semântico de expressões linguísticas, sobretudo de expressões sentenciais, compatível com a descrição do uso cotidiano, mas também indicando os aspectos estruturais e recursivos que permitem a regimentação e a formalização das linguagens formalizadas e dos cálculos lógico-matemáticos.

Nesses textos, defendo uma tese de extração russelliana pela qual significar perfaz-se por diferentes modos irreduzíveis entre si, retomando a noção de *modos de significação*, e objetivando diferenciar semanticamente os tipos de contribuição que um sinal fornece ao sinal sentencial de que ele faz parte. A partir disso pude questionar a

generalização, mesmo que por analogia, da relação externa nome-nomeado (referencial) para todos os tipos de sinais significativos nas diferentes posições sintáticas, sobretudo para as sentenças, e também as relações internas de anáfora e comando. O objetivo é demonstrar que concepções unilaterais em teoria semântica, como o referencialismo e inferencialismo, conduzem a becos sem saída. Como solução, propus uma teoria que parte do fato da complexidade do nexos semântico, por um lado, e por outro do enraizamento pragmático da semântica. O ponto principal é a questão da categorização e da estruturação do sentido e do significado linguístico. A minha hipótese de trabalho consiste na ideia de que o conteúdo semântico enraíza-se nas atividades sensório-motoras, sendo as categorias e estruturas efeitos *a posteriori* emergentes das práticas de interação cooperativa entre pelo menos dois agentes e um ambiente. É em função do acoplamento vital do organismo em seu meio, enquanto agente, que articula o sensório e o motor, que os traços mentais e linguísticos, bem como os atos e percepções, ganham sentido e significado.

O cerne dessa proposta está na conceitualização em que a significatividade é concebida como sendo instaurada pelos nexos de remissão ao contexto e à situação, e que tais nexos de remissão pressupõem a distinção entre o sinal e algo diferente dele, seja um outro sinal seja um objeto ou domínio de objetos. Esta solução, porém, permanece obscura, pois os conceitos de objeto e de domínio de objetos não são claros, sendo confusa a conexão teórica entre *propriedades (semânticas)* de sinais e *propriedades (ontológicas)* de objetos e de domínios de objetos, conquanto esta conexão seja relevante para a descrição do conteúdo semântico sentencial.

A hipótese guia adotada é que conceitos, regras, regularidades e inferências são posteriores em relação à experiência sensório-motora de um agente, pois antes de termos conceitos e palavras, já estamos engajados e emaranhados por meio de atividades sensório-motoras com outros e com o mundo circundante. Por isso, se a teoria da linguagem parte da teoria da ação, e não da teoria da percepção, os conceitos de objetos e de relações entre objetos, incluindo aí agentes, com identidades e capacidades determinadas, emergem e se individualizam a partir de atos e atividades. Essa hipótese implica abandonar a pressuposição empirista segundo a qual a única doação de conteúdo seja a percepção, recusando-se peremptoriamente que conceitos, por mais primitivos que sejam, sejam formados por processos de abstrações generalizantes a partir de perceptos. Obviamente fazer essas recusas empiristas e

mentalistas não implica recusar a função da percepção sensível na formação de conteúdos e conceitos; antes, o que importa é não tomá-los como apenas abstrações sobre objetos e perceptos e, depois, de admitir que também fazemos abstrações sobre ações e relações. Todavia, o fundamental é que o conceito de sentido seja referido diretamente a uma situação agencial e interativa, e que os atos discursivos e as formações linguísticas sejam pensadas como ações articulatórias cujo sentido de direção é dado pela função básica de mediar a interação e a interagência.

A minha posição atual é que linguagem, sentido e significado são conceitos que dizem respeito à interação cooperativa entre agentes em um ambiente. Ultimamente, nessa linha de estudos dedico-me ao problema da predicação e da estruturação do conteúdo semântico. Minha posição parte do pressuposto de que o conteúdo semântico é de saída estruturado e essa estruturação se explicita na estrutura predicativa. Apenas enquanto agentes e em função de uma ação determinada apreendemos o sentido e a inteligibilidade, bem como a conexão entre objetos, sejam eles objetos materiais ou objetos linguísticos. Assim, compreendemos o garfo e a faca, ou as duas hastes do *Hashi*, e a relação com os alimentos, a mão e a boca, a partir e na situação de interação cooperativa. Na situação da ação, esses objetos não são assim apreendidos como signos de um sentido ou de um significado: eles mesmos têm ou fazem sentido para os agentes na ação em curso. A sugestão que tenho feito nesses textos é que também os signos, sinais e expressões linguísticas têm sentido e significado apenas enquanto são agenciados na situação, mas, com a diferença de ser esta situação aquela delimitada por uma atividade interativa entre agentes e um ambiente mediada por sinais. Sentido e significado, por conseguinte, seriam assim conceitos que apreendem relações instauradas pelo entrelace de dois tipos mais básicos de correlações: as correlações entre as atividades de pelo menos dois agentes, o uso de sinais e as correlações desses dois grupos de atividades com elementos de um ambiente.

Teorias do objeto: entidade, objetividade e formalidade

A terceira linha de investigação diz respeito ao conceito de objeto e de entidade. Esses estudos estão direcionados para a elucidação dos conceitos e princípios básicos das nossas suposições ontológicas. O ponto principal é a tese da autonomia dos conceitos ontológicos frente aos conceitos epistemológicos, semânticos, e práticos. O que caracteriza o meu posicionamento é, por um lado, a distinção entre os conceitos de objeto, entidade e forma, como uma elaboração da proposta de Granger (1994); por outro, o entendimento de que o conceito de entidade (ser) é equívoco. Esta linha está apresentada principalmente nos seguintes textos:

- [10] BRAIDA, C. R. Descrição semântica e postulação de entidades. *Philosophos* (UFG) ISSN 1982-2928 Revista *Philosophos*. , v.8, pp.29 - 52, 2003.
- [16] BRAIDA, C. R. Semântica formal ou ontologia In: D. DALL'AGNOL, *Verdade e respeito: a filosofia de Ernst Tugendhat* ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 2007, pp. 71-90.
- [26] BRAIDA, C. R. Significativade, verdade e ontologia. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*, v.2, pp.52 - 88, 2011.
- [34] BRAIDA, C. R. Análise intencional e semântica do conteúdo judicável In: M. PORTA, *Brentano e a sua escola*. 1ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, pp. 221-273.
- [35] BRAIDA, C. R. Sobre os objetos intencionais In: M PORTA, *Brentano e a sua escola*. 1ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, pp. 179-220.
- [30] BRAIDA, C. R. Os desvios da questão ontológica. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*, v.04, n.1, 2013: pp.43-64.
- [44] BRAIDA, C. R.; NUNES Filho, L. M. Ontologia e semântica em Twardowski. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*, v.7, pp.148 - 169, 2016.

O ponto principal dessa linha de estudos, iniciada durante as pesquisas para o doutoramento, é a dissociação entre os conceitos semântico-linguísticos e os conceitos ontológicos, mas também a dissociação entre o conceito de objeto e o de entidade. Seja para discutir os conceitos semânticos, sem inflá-los com pressuposições ontológicas, seja para analisar a estrutura e as relações entre as entidades, componentes do universo sobre o qual se enuncia algo com sentido, defendi que os conceitos ontológicos não são substituíveis e elimináveis por meio de alguma ascensão semântica ou linguística, sobretudo porque as questões de inexistência e de realidade ficcional são perfeitamente enunciáveis sem anomalias semânticas. A partir dessa constatação, entendi que o conceito de entidade precisa ser diferenciado em relação ao conceito de objeto do discurso e do pensamento, enquanto esses são correlatos das expressões linguísticas e dos estados mentais, os quais podem ser inteiramente *bona fide* e consistentes embora as

mais das vezes não tenham nenhum correlato ôntico. A minha proposta então foi distinguir sempre três categorias, as quais perfazem o âmbito do “há” e do “é”, como recurso metódico: as *entidades*, com algum grau de independência ontológica, em relação às *objetidades* intencionais, componentes enquanto conteúdos do universo de discurso e do pensamento, e ambos diferenciados em relação às *formalidades* e estruturas nas quais ambos se deixam apreender como nós e pontos de conexão.

Como tese ontológica básica, tenho desenvolvido uma concepção que parte do conceito de *entidade como atividade* e pensa os objetos e substâncias como efeitos e modulações de alguma atividade, tendo como base uma teoria de processos e formações. O conceito que me interessa é o conceito de agente e de agência, como base para se introduzir uma entidade. Dentre as entidades que estudo, estão aquelas entidades cuja existência e identidade dependem da própria atividade de auto-configuração e auto-manutenção, portanto, entidades cujo ser resulta de sua própria atividade (- nisso retomando o problema dos moto-contínuos). A estas entidades é que se pode atribuir propriamente o conceito de independência ontológica, mas não mais no sentido clássico de absoluta independência, e sim no sentido prrocessual e genealógico de que o seu ser e existir são resultantes da própria atuação. Sugiro que essas entidades são por um lado genealógicas, no sentido de estarem submetidas a um processo geracional ou história, e por outro, performativas, no sentido de estarem submetidas à condição de que suas ações são constitutivas do seu próprio ser e existir.

A aplicação visada dessa concepção é nas teorias da arte e da cultura, justamente enquanto esses âmbitos parecem exigir um conceito não-passivo de existência e de identidade. Desse modo penso poder alcançar a tese de que a atividade artística, mas também a atividade técnica, é uma atividade genealógico-performativa do ser humano, no sentido de que a arte seria uma atividade pela qual o humano torna-se humano e concomitantemente afasta-se da natureza. Nessa direção, a inteira cultura, incluso aí a ciência e a filosofia, implicam uma entidade ativa em relação ao seu próprio ser e cujas condições de existência e de identidade são efeitos da efetividade das próprias ações.

Método e validade

Desde a graduação, mas sobretudo pelo ensino de Ernildo Stein, a minha entrada nas questões e temáticas de estudo filosófico foi determinada por uma consciência clara do gancho metodológico que está na base da validade do discurso filosófico. Se a filosofia poderia às vezes recusar-se a ocupar o lugar da enunciação da verdade, como sempre pensei, para situar-se apenas no âmbito do sentido, de modo algum ela poderia abdicar da pretensão de validade. Embora essa linha de estudos fosse mais objeto de discussão e exposição nos protocolos de meus cursos, publiquei alguns textos onde essa preocupação aparece tematizada:

- [34] BRAIDA, C. R. Análise intencional e semântica do conteúdo judicável In: M. PORTA, *Brentano e a sua escola*. 1ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, pp. 221-273.
- [5] BRAIDA, C. R. Limites semânticos do conhecer e do duvidar?, em: M FRANGIOTTI e D. V. Dutra, *Argumentos filosóficos* ed. Florianópolis : Ed. Ufsc, 2001, pp. 121-147.
- [6] BRAIDA, C. R. A dúplice raiz da significatividade, In: N. OLIVEIRA, *Fenomenologia Hoje II: Significado e Linguagem*. 1 ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2002, pp. 15-36.
- [16] BRAIDA, C. R. Semântica formal ou ontologia In: D. DALL'AGNOL, *Verdade e respeito: a filosofia de Ernst Tugendhat* ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 2007, pp. 71-90.
- [22] BRAIDA, C. R. Filosofia, ensino e o império do virtual In: J. L. NOVAES e M. A. AZEVEDO, *A filosofia e seu ensino: desafios emergentes*. Porto Alegre: Sulina, 2010, v.1, pp. 56-76.

O ponto principal localiza-se no entrecruzamento das diferentes metodologias filosóficas, tema esse que sempre esteve presente na minha formação heterodoxa e não submetida a uma única escola de pensamento, conquanto esse fato prefaz a situação de que o discurso filosófico precisa estabelecer as suas próprias condições de sentido e validação. O meu entendimento da atividade filosófica configurou-se tendo como a ver mais com a validade do que com a verdade, mais com o sentido do que com objetos. A partir disso pensei sob a ideia de que, diferentemente das ciências e das artes, filosofar é uma questão de método, que envolve tanto o traçado de um caminho quanto o esboço de uma estratégia de enfrentamento perante uma urgência, conquanto implica procedimentos de instauração de uma arena na qual diferentes pretensões de sentido e de validade podem ser expostas e ajuizadas.

A condição artefactual

A quarta linha de investigação constituiu-se como um desdobramento da linha sobre as teorias dos objetos e refere-se ao problema de como compreender e conceituar os objetos artificiais, tanto as obras de arte quanto os objetos técnicos, que compõem o mundo cultural. Todavia, o foco principal dessa linha é o exame da *condição artefactual* na qual os agentes intencionais e conscientes estão hoje situados e condicionados. O aspecto motivador do questionamento está justamente no fato de que a própria intencionalidade e consciência desses agentes se constitui já imersa no mundo dos artefatos e no ambiente técnico e tecnológico, por conseguinte, que a intencionalidade e a consciência, bem como a estruturação linguístico-discursiva, tem de ser vistas como efeitos desse ambiente artefactual, e não apenas como sua origem.

- [45] BRAIDA, C. R. A condição artefactual e a insurgência do corpo dançante In: J. XAVIER, *Tubo de Ensaio: composição [intersecções + intervenções]*. 1ed. Florianópolis: Instituto Meyer Filho, 2016, pp. 233-238.
- [46] BRAIDA, C. R. A historicidade do artístico e a condição artefactual In: M. B. FLORES, M. F. PIAZZA, P. PETERLE, *Arte e Pensamento: Operações historiográficas*. 1ed. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, pp. 39-61.
- [42] BRAIDA, C. R. Da voz dramática às linguagens de máquina In: L. ROHDEN, *Entre Filosofia e Literatura: Recados do dito e do não dito*. 1ed. Belo Horizonte: Relicário, 2015, v.1, pp. 119-136.
- [37] BRAIDA, C. R. A provocação dos aparatos tecnológicos. *Filosofia e Educação*, v.6, pp. 9 - 41, 2014.
- [32] BRAIDA, C. R. A falsa opção entre renaturalização e hipertecnificação. *Filosofia Unisinos*, v.14, pp.70 - 83, 2013.
- [23] BRAIDA, C. R. A ilusão da desilusão: da sedução da análise à fascinação da técnica In: J. R. O’Shea e M. L. Borges, *Filosofia e Literatura* ed. Florianópolis: Bernúncia Editora, 2010. pp.47-62.
- [6] BRAIDA, C. R.; FROEHLICH, J. M. Aporias do discurso contemporâneo sobre o rural e a natureza In: X World Congress of Rural Sociology, 2000, Rio de Janeiro. **CD-ROM do X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro: IRSA/SOBER**, 2000. v.1, 14p.

Com a expressão “condição artefactual” procuro indicar um traço da situação contemporânea que subjaz às ações e falas dos agentes intencionais conscientes, qual seja, o fato de que desde antes de seu nascimento falantes e pensantes já estarem em ambientes omniabrangentes perpassados por artefatos e sistemas tecnológicos, como é o caso de uma cidade mas também de uma fazenda. Uma imagem da infância, todavia, determinou muito a minha perspectiva nesses assuntos. Fui criado numa fazenda onde não havia luz elétrica, porém lá naquelas velhas casas e galpões tinha vários objetos incomuns: fios, interruptores, motores e lâmpadas elétricas cujo nome e função fui saber

bem depois. Tudo coisas imprestáveis e abandonadas ao pó e aos ratos. Eu e meus irmãos podíamos brincar com aquilo, era coisa do passado e inútil. Fiquei com isso na cabeça, mas aos poucos nas conversas com os mais velhos fui percebendo que aquilo não era o passado, mas sim os restos de um fracassado futuro do passado, e então compreendi que vivíamos no antepassado de um futuro que havia chegado e já se fora pois não se sustentara. Com efeito, a velha fazenda fora um dia eletrificada com base em um novíssimo e futurístico catavento e sistema de baterias, depois abandonado. Com essa consciência, passei a olhar para as promessas de chegada do futuro tecnológico muito mais como sempre o abandono de outros futuros do que propriamente a superação de um passado inadequado.

O meu raciocínio então se desdobrou na forma de uma crítica das ilusões instauradas pela ciência e pela técnica, sobretudo daquelas que prometem a eliminação da dor e da morte, mas também aquelas da realização plena de uma vida de conforto e de prazeres infindáveis sem empenhos. Ou seja, nesses últimos tempos tenho enfrentado novamente o problema do moto-contínuo, enquanto ele se apresenta como a ilusão contemporânea delineada pela tecnologização da vida. Todavia, nem por isso recai no saudosismo de um passado simples e natural. A minha posição crítica implica essas duas opções como falsas, pois julgo como inviáveis tanto o abandono de nossa precária e efêmera condição natural quanto o abandono de nossa complexa condição artefactual. Por conseguinte, se não somos salvos pela tecnologia e pela arte mais nos perderemos se abandonarmos a existência cultural e tecnificada.

O visado é uma posição que não mistifique o acontecimento, e se mantenha desassombrada frente ao perigo e à sedução da absolutização dos sistemas tecnológicos. Minha posição é que o humano habita poética e tecnologicamente o mundo: o seu ter mundo é sempre um perfazer mundo por meio do artifício. A existência humana não seria primariamente poética e apenas depois corrompida pela técnica; e também não seria naturalmente carente e indeterminada e por isso necessitada de técnicas e artefatos, e muito menos prioritariamente desejo e então por evolução cultural tecnológica. A minha tese é que os artefatos, as técnicas e as tecnologias, materiais e imateriais, abrem o mundo humano desde o seu início, e a atitude poética emerge em sua plenitude apenas quando assume essa abertura e a expande, pois os primeiros e primários traços da cultura e da arte são eles mesmos já artifícios. Portanto, nenhuma derrelição na era tecnológica, visto que o humano instaurou-se poética e tecnologicamente ao conformar

o mundo pelo uso de artefatos: o seu ter mundo é sempre um perfazer mundo por meio de artifícios e artefatos.

Agência e atividade performativa

Por fim, como uma consequência das anteriores, na linha mais recente de investigação tenho explorado o conceito de *agência performativa* enquanto conceito base para se pensar aquelas entidades cuja existência e identidade dependem das suas próprias atividades. Com efeito, embora desde os antigos as teorias ontológicas prevejam um lugar para a atividade e a agência, estas sempre foram pensadas como relativas a uma entidade cuja existência e identidade não dependia de sua própria atividade e agência, sob a tese ontológica geral de que as entidades são passivas quanto ao próprio ser. A partir do domínio da ciência moderna, os conceitos de agente e de agência foram abandonados e retirados das ontologias mais aceitas, mas o problema permaneceu intacto. Em geral, nos compêndios atuais de ontologia e metafísica nem sequer há esses verbetes, e o problema é tratado de modo inibido e escondido sob os conceitos de liberdade e vontade livre, ou seja, apenas como um problema moral. A minha posição está marcada pela implicação entre atividade artística e a atividade performativa constituinte do própria agente. Os seguintes textos expõem essa posição:

- [48] BRAIDA, C. R. O ato de dançar como exercício de ficção. em J. XAVIER, *Dança não é (só) coreografia*. 1ed. Joinville: INSTITUTO FESTIVAL DE DANÇA DE JOINVILLE, 2017, v.1, p. 42-53.
- [45] BRAIDA, C. R. A condição artefactual e a insurgência do corpo dançante In: J. XAVIER, *Tubo de Ensaio: composição [intersecções + intervenções]*. 1ed. Florianópolis: Instituto Meyer Filho, 2016, pp. 233-238.
- [46] BRAIDA, C. R. A historicidade do artístico e a condição artefactual In: M. B. FLORES, M. F. PIAZZA, P. PETERLE, *Arte e Pensamento: Operações historiográficas*. 1ed. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, pp. 39-61.
- [38] BRAIDA, C. R. A forma e o sentido da frase 'Isso é arte' In: *Café Filosófico: Estética e Filosofia da Arte*. 1ed. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2014, p. 23-56.

O objetivo principal é investigar os conceitos básicos para uma apreensão compreensiva da arte e da técnica, tendo como eixo a distinção entre *artefato teórico*, *técnico* e *artístico* enquanto realizações culturais nas quais uma história de formação e transformações está condensada e pelas quais se instauram possibilidades de ação e de relação cooperativa para os agentes envolvidos. O problema discutido refere-se às

implicações da aceitação da tese da não-homogeneidade categorial das obras tecnológicas e artísticas em oposição aos tipos naturais.

Adotei uma posição destranscendentalizada em relação à arte, com isso querendo dizer que aceitei a autonomia da arte em relação à filosofia. Além disso, recusando o paradigma estético, mas também o hermenêutico, procuro deslocar os conceitos de arte e de experiência artística para o campo do prático e do agir, sob o argumento, primeiro, que o artístico ocorre mesmo sem a produção de um objeto ou artefato, pois o que é necessário e suficiente para a ocorrência de arte é uma atividade; segundo, que aquilo que caracteriza o artístico não é a realização de uma possibilidade já dada, mas antes a instauração do possível no preciso sentido de que antes do ato artístico o que é posto por sua efetivação era propriamente falando sem sentido e impossível: o fazer sentido e o ser possível em arte são efeitos da efetivação da ação artística e não a sua condição de realização. O que quero dizer é que a deficiência dos modelos tradicionais está na suposição de que a arte e o artístico impliquem a presença de um objeto ou evento já ele mesmo determinado como arte para que ocorra a experiência artística. Esta suposição tem como efeito imediato a depreciação das artes de execução como secundárias ou até mesmo como não sendo arte. Vide o caso da arte da dança, que da antiguidade chegando aos nossos dias, é pensada como “não arte” ou como “arte por analogia”. Todavia, se abdicarmos dessa pressuposição, e admitirmos que uma ação pode ser arte e perfazer por si uma experiência artística, então, seria possível admitir como arte um ato ou ação que não nos entrega um objeto ou artefato, seja ele estético, semântico ou material. A dança dispensa o signo e a imagem, pois não é representação nem simulação, mas sim apresentação (Gadamer, 2005) de um corpo pensante que se instaura perfazendo-se sentido. Ela dispensa os objetos e os artefatos, pois sua base é o corpo agente-pensante, a sua obra uma ação. Daí a dificuldade filosófica da arte da dança: ela não produz um artefato, ela não faz um significante, e menos ainda se reduz a um corpo material em movimento.

A minha proposição é que apenas uma estética do performático e do performativo (Fischer-Lichte, 2004) pode fazer justiça ao específico da arte da dança; apenas uma teoria da arte como performance-ação (Davies, 2004) pode reconhecer a dança como arte sem relegá-la a uma posição secundária. Diante de uma ação artística, cabe sempre a pergunta “qual o sentido?”, pergunta essa que sempre pode ser substituída por “o que se perfaz aí?”. No caso da dança, a resposta “isso é dança” ou,

simplesmente, “dança-se”, encerra a questão. A dança, enquanto se faz como arte, é aquela atividade que se realiza enquanto é executada. Mas, se é arte, dançar consiste em instaurar e tornar possível um gesto e uma atitude em ato. A arte está inteira nesse “não inferível” e nesse “inesperado” que, todavia, se faz presente e atual. Por isso, a arte da dança e da performance contemporâneas, por se terem liberado do simbólico e do imaginário, e também da obrigação de produzir um artefato, estético ou semântico, enquanto atividades na qual um agente se perfaz agente perfazendo o irrepetível através do corpo despojado de todo signo e de toda imagem, efetivam o artístico exemplarmente.

O que procuro explicitar com o conceito de atividade performativa, enquanto base da arte e dos artefatos, é a *condição de coisa-feita* do mundo cultural, o que exige que se ponha o conceito de agente na sua base. Mas não é apenas o mundo dos artefatos que é coisa-feita, pois também o próprio agente perfaz-se por meio de seus próprios atos e ações. O próprio corpo humano, por conseguinte, não é o corpo natural. O que não implica que esse corpo seja um corpo sempre já perpassado e constituído nos planos dos significados e imagens. Significação e imagem são já artefatos produzidos por atos corporais, e apenas vigem quando uma forma corporal já está operando como base e como estilo de corporificação. A arte da dança, a partir dessa perspectiva, ganha o lugar primal no inteiro panteão da artes, pois nela e somente por meio dela ainda é possível a imediação e a intimidade corporal performativa. Embora passe pelo artifício e instaure-se no plano ficcional, o corpo dançante não se torna assim artificializado e menos ainda produz um artefato. Com efeito, apenas a dança, e mais nenhuma outra arte, está em posição de instaurar uma postura insurgente frente ao império dos artefatos. O primado da ação poética, matriz das demais artes, cuja finalidade e sentido está inteiramente na produção de um artefato, seja ele estético ou semântico, pode ser abandonado sem medo na arte da dança, pois nela está em exercício o ato que se plenifica e se realiza inteiramente na sua própria execução, e ainda assim perfaz um corpo como corpo humano pleno. No corpo dançante vemos - *in situ* e *in vivo* - o dúplice ato de sair de si da natureza e de auto-instauração do corpo cultural.

O desafio dessa linha de pensamento está em retomar o conceito de agente e de atividade sem os traços teológicos e mitológicos a eles associados, mas também deslocando-os do plano ético-político. Essa dúplice negação determinada faz-se necessária para que esses conceitos sejam pensados no contexto das ontologias

contemporâneas, o qual está marcado pelo naturalismo pragmaticamente orientado. A minha estratégia é prosseguir orientado pela restrição pragmática de descrever e teorizar a partir das práticas estabelecidas, tomando os conceitos de agente, agência e atividade como primários e irreduzíveis na descrição ontológica.

3. Outras publicações

As minhas atividades docentes e estudos desenvolvidos aqui na UFSC estão condicionadas pelo propósito de dar continuidade e revisar, fazendo-as interagir, duas linhas de pensamento, aquela proveniente do *método hermenêutico-genealógico*, historicista, e aquela outra, analítica, proveniente do *método lógico-semântico*. A reflexão desses caminhos do pensar na linguagem, enquanto lugar do fazer-se efetivo do sentido, está presente em praticamente todos os meus trabalhos e cursos, receptivo que fui e sou aos ensinamentos de Ernildo Stein e Oswaldo Chateaubriand. Nos últimos anos, todavia, fiz uma revisão reorientadora desse curso de ação, ao deixar transparecer e defender explicitamente *uma abordagem baseada na ação* tanto em ontologia quanto em filosofia da arte e da linguagem. A partir dessa nova visada, presente nos meus últimos cursos e escritos, tenho proposto que a efetividade do sentido instaure-se diretamente no plano do agir, de tal modo que tanto o fazer-se sentido quanto o próprio sentido, que pode ser compreendido e que solicita o esforço do pensamento, transcorrem já no plano mesmo da ação e das atividades, sobretudo das ações interativas e cooperativas, ficando assim o plano da percepção e da dicção como secundários e derivados.

No que diz respeito às minhas publicações, privilegiei sempre a forma de pequenos textos e artigos, publicados na forma de artigos em revistas ou como capítulos de livros, tendo sido a grande parte desses textos apresentada primeiramente na forma de comunicações ou palestras. O principal está reunido nessas coletâneas:

- [39] DRUCKER, C.; BARBOZA, J.; **BRAIDA, C. R.** *Café Filosófico: Estética e Filosofia da Arte*. Florianópolis : Editora da Ufsc, 2014, 204pp.
- [28] **BRAIDA, C. R.**; OLSEN, M. C.; PADILHA, E.; FERREIRA, D. P. *Ontologia III*. Florianópolis: EaD-UFSC, 2011, 198pp.
- [21] **BRAIDA, C. R.**; KRAUSE, D. *Ontologia II*. Florianópolis : UFSC - Ead, 2009, 2013, v.1. p.248.
- [25] **BRAIDA, C. R.** *Filosofia da Linguagem*. Florianópolis: EAD-UFSC, 2009, v.1. 254pp.
- [18] **BRAIDA, C. R.** *Ensaio Semânticos*. Florianópolis: Rocca Brayde, 2009, 307pp.

Como parte de minhas atividades docentes, e também como exercício teórico e para efeitos de ajuste e aplicação das teorias da interpretação e da linguagem, sempre

traduzi textos filosóficos, muitos dos quais permanecem não publicados. Exemplos desse trabalho, e que hoje são de uso corrente em vários cursos no país, são estas publicações:

- [4] **BRAIDA, C. R.** (org. trad. apres.) *Schleiermacher: Hermenêutica, Arte e técnica de interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1999. (Livro, Tradução) 102pp.
- [19] **BRAIDA, C. R.** (org.) *Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Florianópolis: Nefelibata, 2005. (Livro, Tradução)
- [17] **BRAIDA, C. R.** *TARSKI, A.* Sobre o conceito de consequência lógica. em: C. MORTARI e L. H. DUTRA (orgs) *A. Tarski, A concepção semântica da verdade*, São Paulo: Editora Unesp, 2007. (Tradução)
- [27] **BRAIDA, C. R.** SCHLEIERMACHER, F. Sobre os diferentes métodos de traduzir. Florianópolis: Scientia Traductionis, 2011; Florianópolis: UFSC/NPLT, 2010; Natal: Revista Princípios, 2007. (Tradução)
- [34] **BRAIDA, C. R.** A máquina para, de Forster, E. M. Florianópolis, Revista Literária de Tradução, 2011. (Tradução)

Além de publicações estritamente científico-acadêmicas, procurei dar expressão em publicações locais a pensamentos mais gerais e destinados ao público não-universitário, com o objetivo de dialogar com o meio mais amplo da cultura. Exemplos desse tipo de publicação são os meus livretos *Scismas*, de 2004, e *Exercícios de Desilusão*, de 2009, mas também alguns artigos:

- [29] **BRAIDA, C. R.** *Exercícios de Desilusão*. Florianópolis: Nephelibata / Rocca Brayde, 2012, 126pp.
- [11] **BRAIDA, C. R.** *Scismas*. Florianópolis : Nefelibata, 2004. 72pp.
- [40] **BRAIDA, C. R.** Empedrados no abandono. *InComunidade*. Porto, 2014.
- [36] **BRAIDA, C. R.** Da voz dramática aos artefatos falantes. Suplemento Cultural de Santa Catarina [ó catarina]. Florianópolis, p.17 - 19, 2014.

A atitude pela qual procurei me orientar e busquei desenvolver foi aquela marcada pela *posição crítica* que, com um único gesto, recusa tanto a posição dogmática quanto a posição cético-relativista, ou seja, aquela atitude que, por renegar-se a assumir sua própria posição como a única correta, não pode ficar indiferente ao fato da pluralidade e da diversidade de atitudes teóricas e práticas. Com efeito, a posição crítica, enquanto atitude do investigador, está de antemão aberta à correção pelo outro, mas isso sem abdicar de perguntar pelas razões que validam essa correção, opondo-se assim à atitude dogmática, caracterizada pelo não se deixar afetar pelo surgimento de uma posição diferente, e também à relativista, pois ambas se concebem como posições verdadeiras e justificadas; a posição crítica, ao contrário, embora pretenda estar na verdade e ser válida, caracteriza-se por aceitar de antemão que pode ser justamente nisso corrigida pelo outro diferente. O ponto metódico principal não está no ser passível

de correção pela verdade de outra posição, mas antes e de modo mais básico no ser afetável quanto à própria convicção e verdade tão somente pela existência da posição alternativa, pois a simples existência de outras posições, se não implica a falsidade da própria posição, acarreta de modo incontornável a revisão de sua validade, visto que esta apenas pode ser garantida pela aceitação livre e franca do outro enquanto ele preserve sua alteridade. A posição crítica supõe que a validação da verdade no espaço público não pode excluir de antemão uma posição que componha esse espaço, lição que Sócrates nos ensinou ao recusar-se saber algo que os outros não poderiam também saber e validar, mas sobretudo ao recusar-se saber algo impérvio ao argumento válido do outro.

O que esteve e está em questão na minha atuação docente é o exercício da verdade e da veracidade no contexto de uma plural variedade de formas de vida e de pensamento; todavia, cedo compreendi que em filosofia o que mais importa é a revisão dos próprios procedimentos de validação e não tanto a verdade das verdades admitidas. Tratou-se sempre, para mim, de interagir ativa e cooperativamente no plano do pensamento, não para proferir verdades, mas sim para explicitar os modos pelos quais uma proposição, no plano da vida e do pensamento, poderia ser tida como válida e não apenas verdadeira. Ainda assim, verdade e validade, enquanto pretensões disputadas pela plural variedade de posições, que constitui a racional da universidade, a qual implica justamente a recusa da univerdade, fundam-se elas mesmas na pré-tensão de sentido que instaura e perfaz a arena na qual diferenças emergem como diferenças de posição reconhecíveis, discutíveis e ajuizáveis. A atitude caracterizada como posição crítica está delineada justamente pelo exercício do pensar acerca do condicionamento incontornável da própria pretensão de sentido, exercício esse que é um constante e vigilante evitar como saída desse condicionamento seja o dogmatismo seja o relativismo, compactada na máxima “*não seja indiferente às diferenças*”, cerne da atitude metódica hermenêutica de Schleiermacher e Gadamer.

Com efeito, desde cedo, já lá no Campestre da Água Negra, como uma pedra no meio do caminho, defrontei-me com a consciência viva de que *non era contento della verità*, e a filosofia, embora seguidamente caracterizada pelos mestres como sendo a busca da verdade, a pratiquei antes como sustentada por dois pés — pés dançantes, diga-se em *sotto voce* — um que pisa na questão do sentido e outro que bate na questão da validade das verdades postuladas e estabelecidas. A minha prática da filosofia, a qual

procuro expressar e propor nos meus cursos e publicações, pode ser resumida nesse incessante *knock, knock, knocking on truth's door*, perguntando tanto pelo sentido de sua admissibilidade quanto pelo modo de sua validade.

1. Listas dos trabalhos publicados

- [1] BRAIDA, C. R. *Os limites do intelecto: ensaio acerca da crítica do conhecimento na obra tardia de F. W. Nietzsche*. Porto Alegre: PPGF/UFRGS, 1992. (Dissertação de Mestrado), 210pp.
- [2] BRAIDA, C. R. A crítica do conhecimento em Nietzsche, em: Chr. TURCKE, *Nietzsche: Uma provocação* ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994, pp. 33-42.
- [3] BRAIDA, C. R. “Apresentação”, em: F. SCHLEIERMACHER, *Hermenêutica: Arte e técnica de interpretação*. Trad. e Org. C. R. BRAIDA; Petrópolis:Vozes, 1999. pp.7-22.
- [4] BRAIDA, C. R. (org. trad. apres.) *Schleiermacher: Hermenêutica, Arte e técnica de interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1999. (Livro, Tradução) 102pp.
- [5] BRAIDA, C. R. Aspectos semânticos da hermenêutica de Schleiermacher, em: R. R. REIS e R. P. ROCHA, *Filosofia hermenêutica*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2000, pp. 23-38.
- [6] BRAIDA, C. R.; FROEHLICH, J. M. Aporias do discurso contemporâneo sobre o rural e a natureza In: X World Congress of Rural Sociology, 2000, Rio de Janeiro. *CD-ROM do X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro: IRSA/SOBER*, 2000. v.1, 14p.
- [7] BRAIDA, C. R. Limites semânticos do conhecer e do duvidar?, em: M FRANGIOTTI e D. V. Dutra, *Argumentos filosóficos* ed. Florianópolis : Ed. Ufsc, 2001, pp. 121-147.
- [8] BRAIDA, C. R. *A complexidade do nexos semântico*. Rio de Janeiro, PPGF/PUCRIO, 2001. (Tese de Doutorado), 274pp.
- [9] BRAIDA, C. R. A dúplice raiz da significatividade, In: N. OLIVEIRA, *Fenomenologia Hoje II: Significado e Linguagem.1* ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2002, pp. 15-36.
- [10] BRAIDA, C. R. Funções semânticas e complexidade da proposição In: A. CUPANI e C. MORTARI, *Filosofia e Linguagem* Florianópolis: NEL, 2002, v.6, pp. 75-97.
- [11] BRAIDA, C. R. Significatividade e verdade. *REv. Fil Kriterion* (UFMG. Impresso). , v.1, pp.43 - 66, 2002.
- [12] BRAIDA, C. R. Significatividade e entidade. *Veritas* (Porto Alegre). , v.48, pp.5 - 29, 2003.
- [13] BRAIDA, C. R. Descrição semântica e postulação de entidades. *Philosophos* (UFG, ISSN 1982-2928 Revista Philosophos), v.8, pp.29 - 52, 2003.
- [14] BRAIDA, C. R. *Scismas*. Florianópolis : Nefelibata, 2004. 72pp.
- [15] BRAIDA, C. R. As suposições do interpretacionismo nietzschiano In: V. D. AZEREDO, *Caminhos percorridos e terras incógnitas: encontros Nietzsche*. Ijuí: Unijuí, 2004, pp. 33-61.
- [16] BRAIDA, C. R. A consciência como um mal. *ETHICA*, v.11, n.1 e 2 (2004), pp.239-257.
- [17] BRAIDA, C. R. Nomes próprios: semântica e ontologia. *Philosophos* (UFG, ISSN 1982-2928 Revista Philosophos), v.9, n.2, pp.311-322, 2004. (Resenha)
- [18] BRAIDA, C. R. DRUCKER, C. Apresentação. em E. Stein. *Exercícios de fenomenologia: limites de um paradigma*. Ijuí: Unijuí, 2004. (Apresentação, Prefácio)
- [19] BRAIDA, C. R. (org.) *Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Florianópolis: Nefelibata, 2005. (Livro, Tradução)
- [20] BRAIDA, C. R. Para a crítica da semântica inferencial In: L. H. DUTRA e C. MORTARI, *Anais IV Simpósio Internacional Principia*, 2005, Florianópolis. Epistemologia. Florianópolis: NEL-UFSC, 2005. v.1. pp.79 - 122.

- [21] BRAIDA, C. R. Semântica formal ou ontologia In: D. DALL'AGNOL, *Verdade e respeito: a filosofia de Ernst Tugendhat* ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 2007, pp. 71-90.
- [22] BRAIDA, C. R. TARSKI, A. Sobre o conceito de consequência lógica. em: C. MORTARI e L. H. DUTRA (orgs) *A. Tarski, A concepção semântica da verdade*, São Paulo: Editora Unesp, 2007. (Tradução)
- [23] BRAIDA, C. R. *Ensaio Semânticos*. Florianópolis, Clube de Autores/Rocca Brayde, 2009, 307pp.
- [24] BRAIDA, C. R. *Filosofia da Linguagem*. Florianópolis : EAD-UFSC, 2009, v.1. p.254.
- [25] BRAIDA, C. R. A estrutura linguística e o fundamento das verdades analíticas. *Princípios* (UFRN. Impresso). , v.16, pp.27 - 61, 2009.
- [26] BRAIDA, C. R; KRAUSE, D. *Ontologia II*. Florianópolis : UFSC - Ead, 2009, 2013, v.1. p.248.
- [27] BRAIDA, C. R. Filosofia, ensino e o império do virtual In: J. L. NOVAES e M. A. AZEVEDO, *A filosofia e seu ensino: desafios emergentes*. Porto Alegre: Sulina, 2010, v.1, pp. 56-76.
- [28] BRAIDA, C. R. A ilusão da desilusão: da sedução da análise à fascinação da técnica In: J. R. O'Shea e M. L. Borges, *Filosofia e Literatura* ed. Florianópolis: Bernúncia Editora, 2010. pp.47-62.
- [29] BRAIDA, C. R. As fontes da significatividade e os erros categoriais. em M. SPICA e E. BILIBIO, *Filosofia: reflexões contemporâneas*. Guarapuava: Unicentro, 2010, pp.187-214.
- [30] BRAIDA, C. R. Significatividade, verdade e ontologia. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*, v.2, pp.52 - 88, 2011.
- [31] BRAIDA, C. R. SCHLEIERMACHER, F. Sobre os diferentes métodos de traduzir. Natal: *Revista Princípios*, 2007. (Tradução)
- [32] BRAIDA, C. R. SCHLEIERMACHER, F. Sobre os diferentes métodos de traduzir. Florianópolis: *Scientia Traductionis*, 2011. (Tradução)
- [33] BRAIDA, C. R.; OLSEN, M. C.; PADILHA, E.; FERREIRA, D. P. *Ontologia III*. Florianópolis: Ead-UFSC, 2011, 198pp.
- [34] BRAIDA, C. R. A máquina para, de Forster, E. M. Florianópolis, *Revista Literária de Tradução*, 2011. (Tradução)
- [35] BRAIDA, C. R. *Exercícios de Desilusão*. Florianópolis, Nephelibata, 2012, 126pp.
- [36] BRAIDA, C. R. Os desvios da questão ontológica. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*, v.04, n.1, 2013: pp.43-64.
- [37] BRAIDA, C. R. *Filosofia e Linguagem*. Florianópolis, Clube de Autores/Rocca Brayde, 2013, 186pp.
- [38] BRAIDA, C. R. A falsa opção entre renaturalização e hipertecnificação. *Filosofia Unisinos*, v.14, pp.70 - 83, 2013.
- [39] BRAIDA, C. R. Estrutura predicativa e significatividade. *Revista de Filosofia Aurora* (PUCPR), v.26, pp.533 - 561, 2014.
- [40] BRAIDA, C. R. Análise intencional e semântica do conteúdo judicável In: M. PORTA, *Brentano e a sua escola*. 1ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, pp. 221-273.
- [41] BRAIDA, C. R. Sobre os objetos intencionais In: M PORTA, *Brentano e a sua escola*. 1ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014, pp. 179-220.
- [42] BRAIDA, C. R. Da voz dramática aos artefatos falantes. Suplemento Cultural de Santa Catarina [ô catarina]. Florianópolis, p.17 - 19, 2014.
- [43] BRAIDA, C. R. A provocação dos aparatos tecnológicos. *Filosofia e Educação*, v.6, pp. 9 - 41, 2014.

- [44] BRAIDA, C. R. A forma e o sentido da frase 'Isso é arte' In: *Café Filosófico: Estética e Filosofia da Arte*. 1ed. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2014, p. 23-56.
- [45] DRUCKER, C.; BARBOZA, J.; BRAIDA, C. R. *Café Filosófico: Estética e Filosofia da Arte*. Florianópolis : Editora da Ufsc, 2014, .204pp.
- [46] BRAIDA, C. R. Empedrados no abandono. *InComunidade*. Porto, 2014.
- [47] BRAIDA, C. R. Compreensão hermenêutica e suspeição genealógica. *Peri*, v.7, pp.1 - 33, 2015.
- [48] BRAIDA, C. R. Da voz dramática às linguagens de máquina In: L. ROHDEN, *Entre Filosofia e Literatura: Recados do dito e do não dito*. 1ed. Belo Horizonte: Relicário, 2015, v.1, pp. 119-136.
- [49] BRAIDA, C. R.; CARVALHO, M.; SALLES, J. C.; CONIGLIO, M. E. *Filosofia da linguagem e da lógica*. São Paulo: ANPOF, 2015, v.1. 554pp.
- [50] BRAIDA, C. R.; NUNES, L. M. Ontologia e semântica em Twardowski. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*, v.7, pp.148 - 169, 2016.
- [51] BRAIDA, C. R. A condição artefactual e a insurgência do corpo dançante In: J. XAVIER, *Tube de Ensaio: composição [intersecções + intervenções]*. 1ed. Florianópolis: Instituto Meyer Filho, 2016, pp. 233-238.
- [52] BRAIDA, C. R. A historicidade do artístico e a condição artefactual In: M. B. FLORES, M. F. PIAZZA, P. PETERLE, *Arte e Pensamento: Operações historiográficas*. 1ed. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016, pp. 39-61.
- [53] BRAIDA, C. R. Sobre a função semântica dos predicados. *REVISTA DISSERTATIO DE FILOSOFIA*, v.45, pp.3 - 23, 2017.
- [54] BRAIDA, C. R. O ato de dançar como exercício de ficção. em J. XAVIER, *Dança não é (só) coreografia*. 1ed. Joinville: INSTITUTO FESTIVAL DE DANÇA DE JOINVILLE, 2017, v.1, p. 42-53.
- [55] BRAIDA, C. R. O primado hermenêutico do efetivo, em CORREIA, A.; ROHDEN, L.; SAVIAN, J.; TOURINHO, C. *Fenomenologia e hermenêutica*. Coleção XVII Encontro ANPOF: ANPOF, p. 273-290, 2017.
- [56] BRAIDA, C. R. Resenha de “A filosofia como discurso sistemático” de Lorenz B. Puntel. *Revista Síntese*, v. 45, n. 141 (2018): 169-180.

BRAIDA, C. R. Atividade, sentido e significatividade, 2018 (no prelo)

BRAIDA, C. R. Arte, ação e ficção do possível, 2018 (no prelo)

2. Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*; trad. Guido A. de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.
- APEL, Karl-Otto. *Transformation der Philosophie*. Frankfurt, Suhrkamp, 1973.
- BETTI, Emilio. *Teoria generale della interpretazione*. Milano, Giuffrè, 1955.
- DAVIES, David. *Art as performance*. Oxford, Blackwell, 2004.
- FREGE, Gottlob. *Logica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Ed. da USP, 1978.
- FREGE, Gottlob. *Os fundamentos da Aritmética*; trad. Luís H. dos Santos. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- FISCHER-LICHTE, Erika. *Ästhetik des Performativen*. Frankfurt, Suhrkamp, 2004.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis, Vozes, 2005.
- GRANGER, Gilles-Gaston. *Formes, Opérations, Objects*. Paris, Vrin, 1994.
- KITTLER, Friedrich A. *Die Wahrheit der technischen Welt: Essays zur Genealogie der Gegenwart*. Hrsg. H. U. Gumbrecht. Frankfurt, Suhrkamp, 2014.
- MORTARI, C. e L. H. DUTRA (orgs) *A. Tarski, A concepção semântica da verdade*, São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RICOEUR, Paul. *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique*. Paris, Seuil, 1986.
- SCHLEIERMACHER, F. *Hermenêutica: Arte e técnica de interpretação*. Trad. e Org. C. R. BRAIDA; Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHLEIERMACHER, F. *Hermeneutik und Kritik*; hrsg. M. Frank. Frankfurt, Suhrkamp, 1977.

V. Anexos

(1) Currículo *Lattes*

(2) Documentação comprobatória e de certificação

- 1. Disciplinas ministradas**
- 2. Publicações**
- 3. Orientações Pibic**
- 4. Orientações TCC**
- 5. Orientações Pós-Graduação**
- 6. Cargos e Comissões**